

MUNICÍPIO DE ALTER DO CHÃO



COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA

PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

CADERNO I

SMPC ALTER DO CHÃO
2014

Índice

1. CARATERIZAÇÃO FÍSICA.....	4
1.1. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO DO CONCELHO.....	4
1.2. HIPSOMETRIA.....	5
1.3. DECLIVE.....	5
1.4. EXPOSIÇÃO.....	6
1.5. HIDROGRAFIA.....	8
2. CARATERIZAÇÃO CLIMÁTICA.....	9
2.1. TEMPERATURA DO AR.....	9
2.2. HUMIDADE RELATIVA DO AR.....	10
2.3. PRECIPITAÇÃO.....	11
2.4. VENTO.....	13
3. CARATERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO.....	16
3.1. POPULAÇÃO RESIDENTE POR CENSO E FREGUESIA (1991 – 2001 - 2011) E DENSIDADE POPULACIONAL (2001 - 2011).....	16
3.2. ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO E SUA EVOLUÇÃO (1991 - 2001 - 2011).....	18
3.3. POPULAÇÃO POR SECTOR DE ATIVIDADE (% 2011).....	19
3.4. TAXA DE ANALFABETISMO (1991 – 2001-2011).....	20
3.5. ROMARIAS E FESTAS.....	21
4. CARATERIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO DO SOLO E ZONAS ESPECIAIS.....	23
4.1. OCUPAÇÃO DO SOLO.....	23
4.2. POVOAMENTOS FLORESTAIS.....	25
4.3. REDE NATURA 2000 E REGIME FLORESTAL.....	27
4.4. INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO FLORESTAL.....	28
4.5. EQUIPAMENTOS FLORESTAIS DE RECREIO, ZONAS DE CAÇA E PESCA.....	29
5. HISTÓRICO E CAUSALIDADE DOS INCÊNDIOS FLORESTAIS.....	29
5.1. ÁREA ARDIDA E NÚMERO DE OCORRÊNCIAS (DISTRIBUIÇÃO ANUAL).....	30
5.2. ÁREA ARDIDA E NÚMERO DE OCORRÊNCIAS (DISTRIBUIÇÃO MENSAL).....	34
5.3. ÁREA ARDIDA E NÚMERO DE OCORRÊNCIAS (DISTRIBUIÇÃO SEMANAL).....	36
5.4. ÁREA ARDIDA E NÚMERO DE OCORRÊNCIAS (DISTRIBUIÇÃO DIÁRIA).....	37
5.5. ÁREA ARDIDA E NÚMERO DE OCORRÊNCIAS (DISTRIBUIÇÃO HORÁRIA).....	38
5.6. ÁREA ARDIDA EM ESPAÇOS FLORESTAIS.....	40
5.7. ÁREA ARDIDA E NÚMERO DE OCORRÊNCIAS POR CLASSES DE EXTENSÃO.....	40
5.8. PONTOS PROVÁVEIS DE INÍCIO E CAUSAS.....	41
5.9. FONTES DE ALERTA.....	43
5.10. GRANDES INCÊNDIOS (ÁREA> 100HA) – DISTRIBUIÇÃO ANUAL.....	45
5.11. GRANDES INCÊNDIOS (ÁREA> 100HA) – DISTRIBUIÇÃO MENSAL.....	47
5.12. GRANDES INCÊNDIOS (ÁREA> 100HA) – DISTRIBUIÇÃO SEMANAL.....	48
5.13. GRANDES INCÊNDIOS (ÁREA> 100HA) – DISTRIBUIÇÃO HORÁRIA.....	49

Lista de Abreviaturas

ABVAC	Associação de Bombeiros Voluntários de Alter do Chão
ANPC	Autoridade Nacional de Proteção Civil
CDOS	Comando Distrital de Operações de Socorro
CNOS	Comando Nacional de Operações de Socorro
CMDF	Comissão Municipal de Defesa da Floresta
CMPC	Comissão Municipal de Proteção Civil
CODIS	Comandante Distrital de Operações de Socorro
COM	Comandante Operacional Municipal
COS	Comandante de Operações de Socorro
COS07	Carta de Ocupação de Solo 2007
DFCI	Defesa da Floresta Contra Incêndios
EDP	Empresa de Eletricidade de Portugal
GNR	Guarda Nacional Republicana
ICNF	Instituto de Conservação da Natureza das Florestas
INE	Instituto nacional de Estatística
MAI	Ministro da Administração Interna
PCO	Posto de Comando Operacional
PDM	Plano Diretor Municipal
PGF	Plano de Gestão Florestal
PMDFCI	Plano Municipal de Defesa da Floresta
PME	Plano Municipal de Emergência
REFER	Empresa Rede Ferroviária Nacional
REN	Empresa Redes Energéticas Nacionais
REPC	Rede Estratégica de Proteção Civil
ROB	Rede Operacional de Bombeiros
SF	Equipa de Sapadores Florestais
SMPC	Serviços Municipais de Proteção Civil

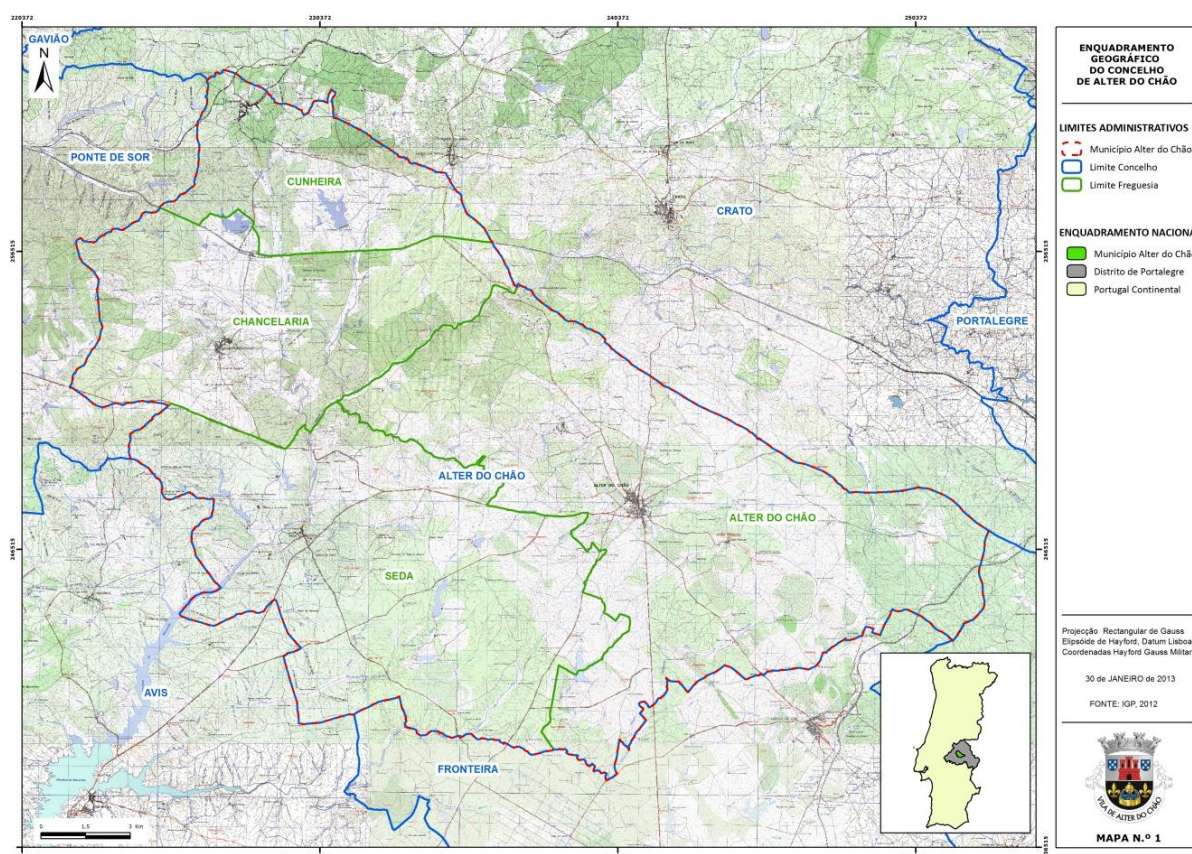


1. CARATERIZAÇÃO FÍSICA

1.1. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO DO CONCELHO

Segundo a Carta Administrativa Oficial de Portugal, versão de 2012, o concelho de Alter do Chão tem uma área de 36206,62 hectares divididos pelas freguesias de Alter do Chão (14085,15 hectares), Chancelaria (7170,07 hectares), Seda (11243,45 hectares) e Cunheira (3707,95 hectares).

Em termos florestais integra o Departamento de Conservação da Natureza e Florestas do Alentejo.



Mapa nº 1 – Enquadramento Geográfico

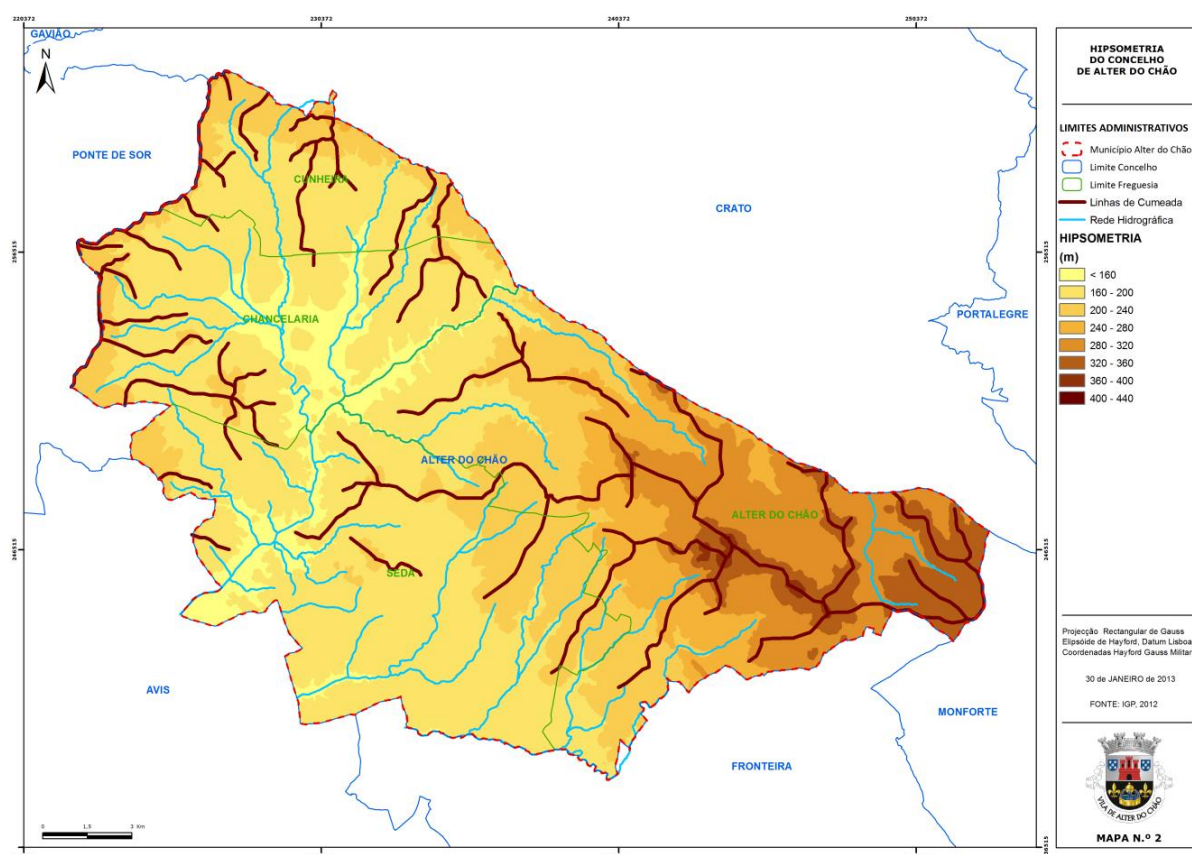
Fonte: IGP, 2013



1.2. HIPSONOMETRIA

A configuração do relevo é um fator determinante no combate aos incêndios florestais, não constituindo neste caso um fator adverso, pois estamos a falar de um território relativamente plano.

A cota mínima são 130m junto à Ribeira de Seda e a cota máxima atinge os 409m em Alter Pedroso.



Mapa nº 2 – Hipsometria

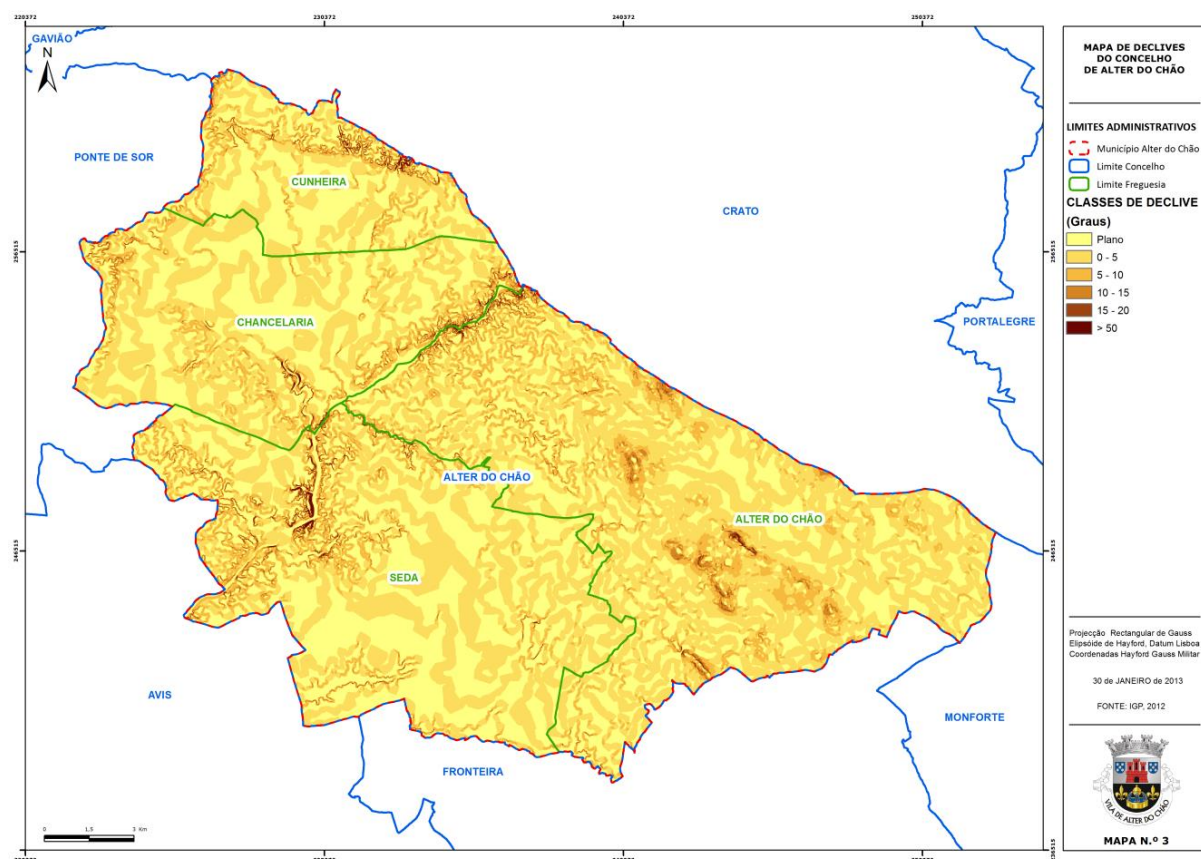
Fonte: IGP, 2013

1.3. DECLIVE

O declive influencia positivamente a infiltração, a erosão, o ângulo de incidência dos raios solares e condiciona o desenvolvimento das colunas de convecção, aumentando a velocidade de propagação do incêndio nas vertentes mais inclinadas.



Da análise do mapa de declives, conclui-se que de uma forma geral os declives são pouco acentuados (0 – 5°), sendo o vale da Ribeira de Seda a exceção à regra, que apresenta algumas zonas de declive mais acentuado, não constituindo no entanto uma implicação DFCI de caráter condicionante.



Mapa nº 3 – Declives

Fonte: IGP, 2013

1.4. EXPOSIÇÃO

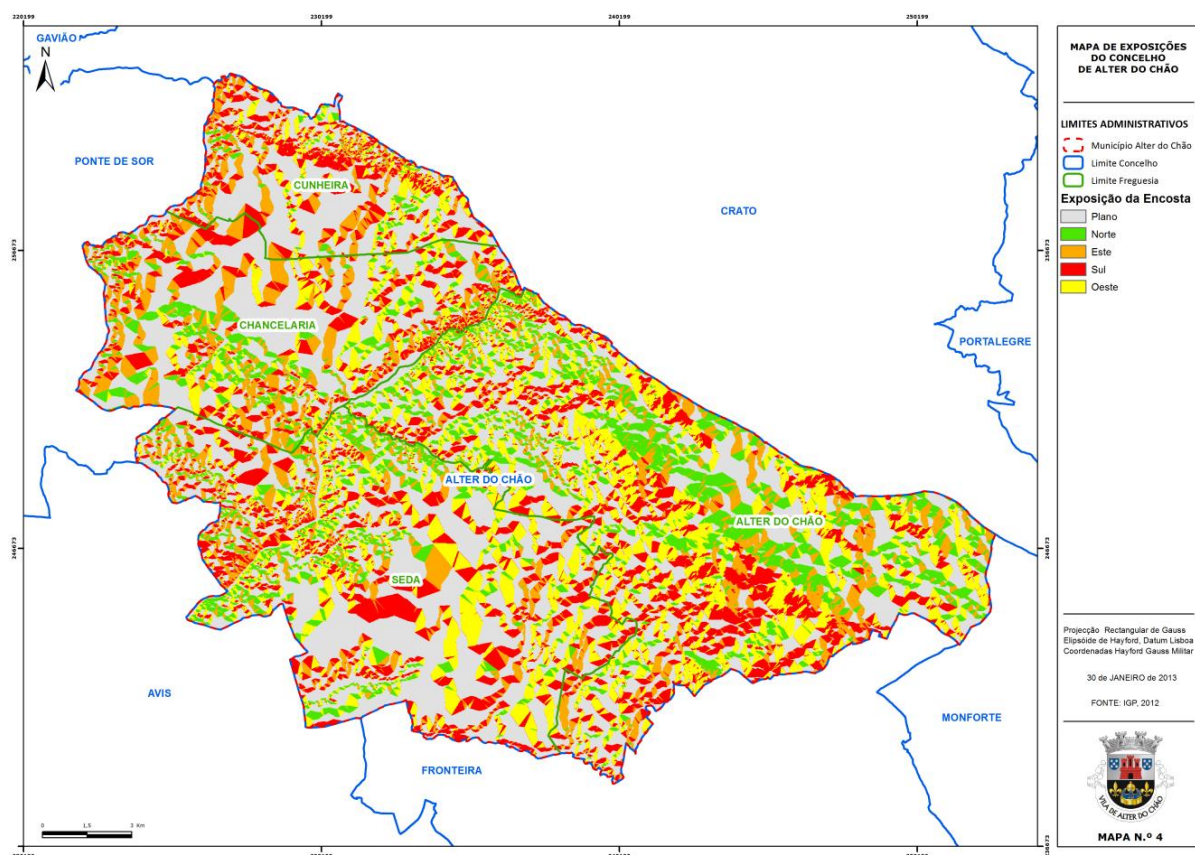
As orientações de encosta correspondem à sua orientação geográfica, que condiciona a radiação solar recebida e influencia o microclima ao nível da humidade e da temperatura do ar e do solo e consequentemente o tipo e a quantidade da vegetação.

De uma forma muito breve, podemos dizer que ao meio-dia as encostas voltadas a Sul apresentam-se mais quentes em virtude de receberem as radiações solares mais cedo e ao longo da maior parte do dia, atingindo temperaturas mais altas e humidades inferiores, criando condições favoráveis para a

Informação de Base



ignição e propagação de incêndios. O fenómeno inverso dá-se nas encostas viradas a Norte e a Este que possuem um menor período de insolação e têm por isso temperaturas mais baixas e humidades mais altas, tornando a vegetação mais húmida e menos sensível ao fogo.



Mapa nº 4 – Exposições de Encosta

Fonte: IGP, 2013

Analisando a carta de exposições do concelho, podemos concluir que, apesar de a maior parte do território ser plano, as encostas mais sensíveis à eclosão e propagação do fogo, ocupam uma área considerável. Detalhando: 43% é plano, 6% tem exposição a Norte, 12% tem exposição a Este, 19% a Oeste e 20% tem exposição a Sul.

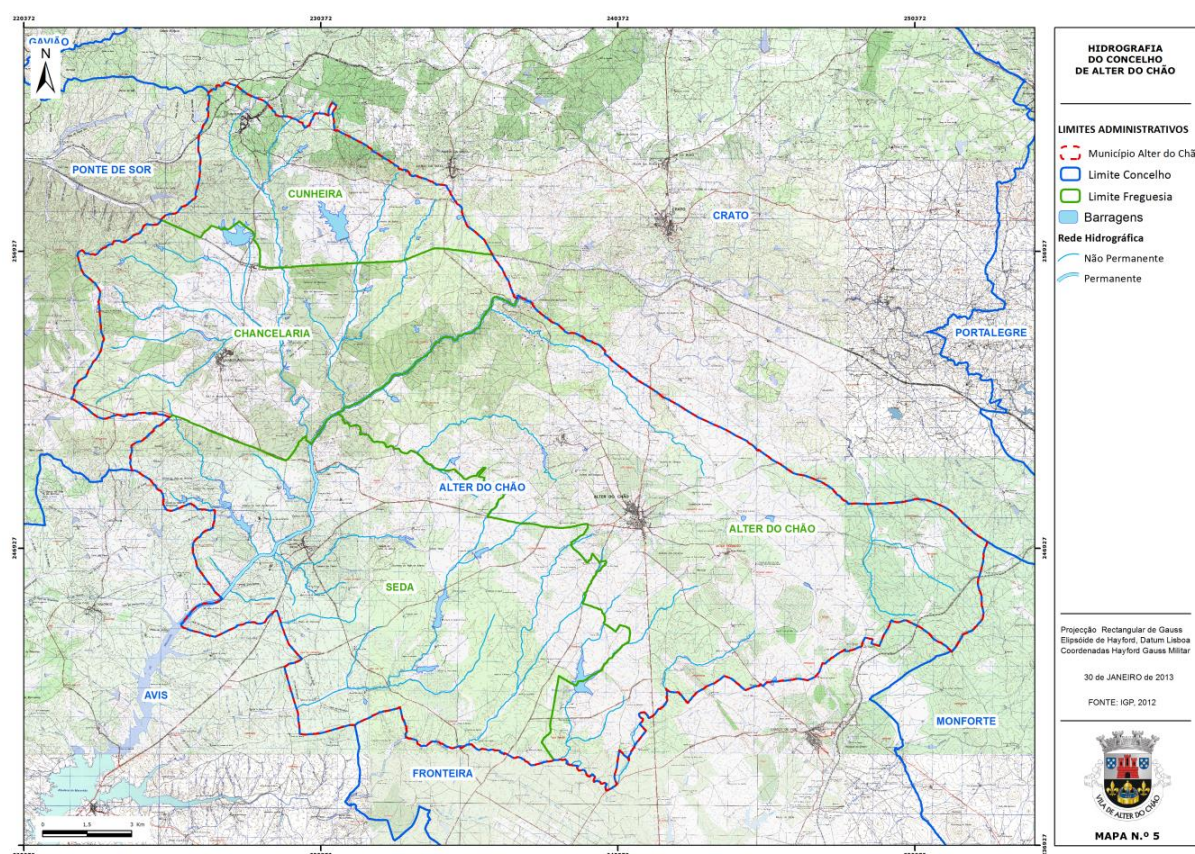
Relativamente a implicações DFCI deve referir-se que, as encostas viradas a Sul e a Oeste, ou seja 39% do território municipal, são merecedoras de maior atenção por parte das equipas de vigilância e primeira intervenção.

Informação de Base



1.5. HIDROGRAFIA

O concelho de Alter do Chão, é atravessado por alguns cursos de água, que durante boa parte do ano comportam um caudal razoável. O curso de água mais importante é a Ribeira de Seda, que tem caudal permanente, e apresenta alguns afluentes importantes e condicionadores da morfologia do terreno, como sejam as Ribeiras de Cujancas, Alfeijós, Sarrazola e os Ribeiros da Rabaça, do Cornado, de Freixo e do Zambujo.



Mapa nº 5 – Hidrografia

Fonte: IGP, 2013

Quanto a implicações DFCI poderá dizer-se que a rede hidrográfica do concelho é equilibrada e suficiente para apoiar o combate aos incêndios que aqui surjam, constituindo no entanto, um obstáculo a ter em conta na disposição dos meios de combate pelo facto de alguns cursos de água serem intransponíveis durante grande parte do ano.



Poderá no caso de uma adequada gestão dos combustíveis das suas margens e zonas de proteção, exercer um papel primordial na Defesa da Floresta Contra Incêndios.

2. CARATERIZAÇÃO CLIMÁTICA

Nesta zona do distrito o clima é marcadamente Continental e mais especificamente Mediterrânico, caracterizado por elevadas amplitudes térmicas, com uma época estival muito quente e seca constituída por 4 meses (Junho, Julho, Agosto e Setembro), e outra época muito fria e rigorosa, mas com pouca pluviosidade.

2.1. TEMPERATURA DO AR

A temperatura do ar é uma grandeza física característica de um corpo, que é superior ou inferior consoante esse corpo absorveu mais ou menos energia, sendo condicionada por diversos fatores como o relevo, a latitude, o afastamento do mar e o regime de ventos. Influencia, entre outras, a humidade relativa do ar e a inflamabilidade dos combustíveis.

Quanto maior for a temperatura e menor for a humidade do ar, mais seca se torna a vegetação, incrementando as condições de ignição e rápida propagação de incêndios.

Segundo o **gráfico nº 1**, elaborado com base nas Normais Climatológicas de Portalegre, a temperatura máxima média nos meses de maior risco de incêndio, rondaria os 28° C, e a temperatura mínima média seriam aproximadamente 16° C.

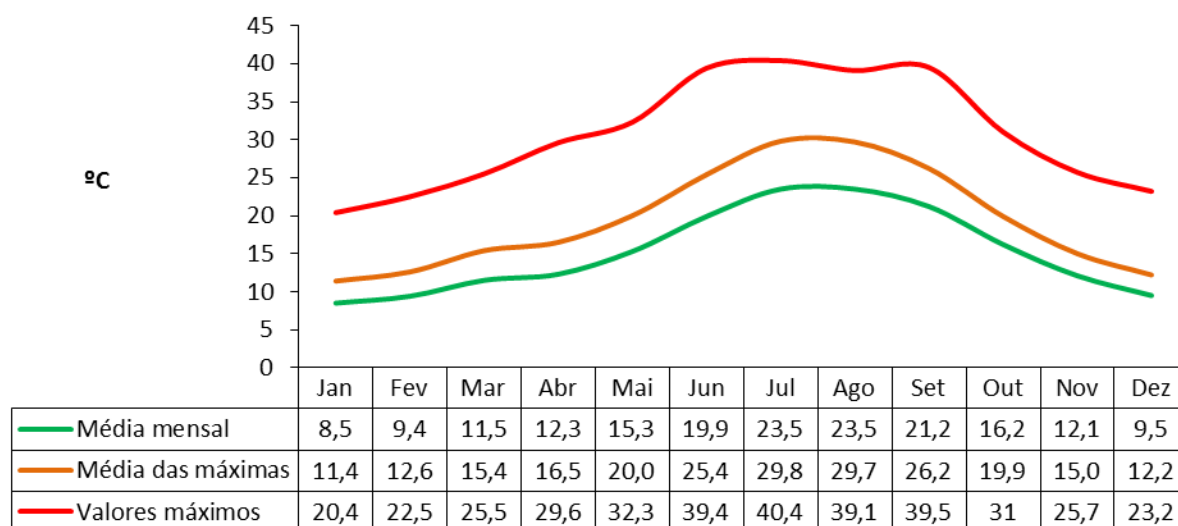
**Valores mensais da temperatura média, média das máximas e valores máximos no concelho de Alter do Chão (1971-2000)**

Gráfico nº 1 – Valores mensais de temperatura

Fonte: Ficha Climatológica 1971-2000, IM, 2012

Relativamente às implicações DFCI, deve considerar-se que a temperatura é um fator fundamental a considerar, pois atinge valores elevados durante a época estival favorecendo a ocorrência de incêndios e dificultando o seu combate.

2.2. HUMIDADE RELATIVA DO AR

A humidade relativa do ar traduz a relação entre a quantidade de vapor de água que existe numa massa de ar e a quantidade que satura essa massa de ar à mesma temperatura, exprimindo-se em percentagem.

Dentro desta grandeza surge o orvalho, que é a condensação do vapor de água sobre superfícies arrefecidas. Ocorre em noites claras, quando o calor do solo se perde por irradiação e a temperatura decresce ao mesmo tempo que a humidade relativa do ar aumenta. Este decréscimo da temperatura conduzirá, pela madrugada, à saturação da humidade, depositando-se o vapor de água nas superfícies que entretanto arrefeceram.



**Valores médios mensais da humidade relativa do ar,
medida às 09h e às 18h UTC (1971-2000)**

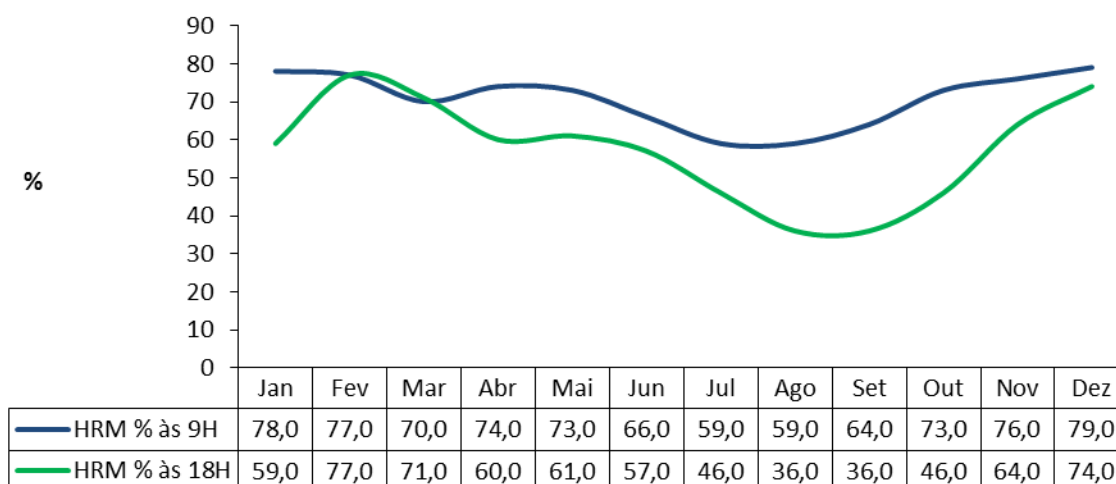


Gráfico nº 2 – Valores mensais de Humidade

Fonte: Ficha Climatológica 1971-2000, IM, 2012

Da análise do **gráfico nº 2**, elaborado com base nas Normais Climatológicas de Portalegre, verificamos que a humidade relativa média do ar às 9h da manhã nos meses de julho e agosto encontra-se abaixo dos 60%. Ainda com base no mesmo gráfico, verifica-se que nos meses de agosto e setembro a humidade relativa média do ar, depois de passado o pico do calor diário situa-se nos 36%, pelo que facilmente se depreende que em muitos dias se encontrará abaixo dos 30%, diminuindo as probabilidades de sucesso do combate aos incêndios florestais.

Relativamente às implicações DFCI podemos concluir que no período estival o sucesso da prevenção e do combate aos incêndios depende grandemente dos valores da humidade relativa do ar, que não se apresentam como favoráveis neste território.

2.3. PRECIPITAÇÃO

Dada a influência que este fenómeno meteorológico tem sobre o clima de uma região, quer intensificando o desenvolvimento vegetativo das plantas, tanto herbáceas como lenhosas, quer afetando o regime hidrológico dos cursos de água existentes ou ainda contribuindo para a destruição



da camada arável dos solos mal protegidos, é fundamental averiguar a média anual das precipitações totais e como estão repartidas ao longo dos meses do ano, de forma a planear a utilização ou não de reservatórios artificiais, a construção/beneficiação de caminhos, valas e valetas.

Valores mensais de precipitação média e de precipitação máxima diária no concelho de Alter do Chão (1971-2000)

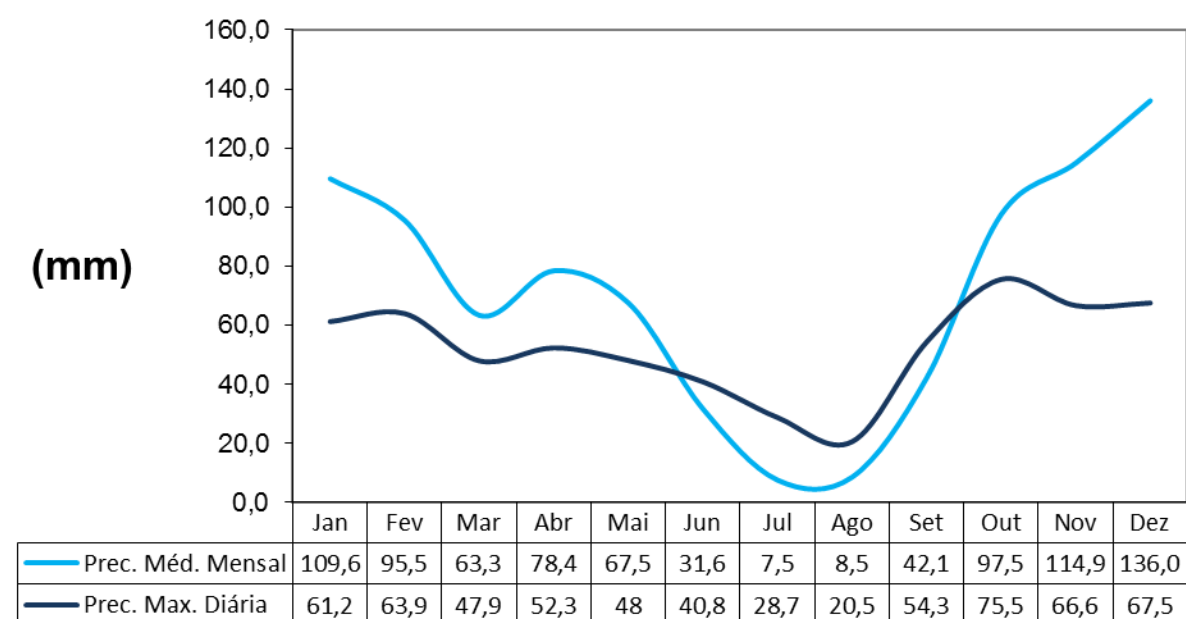


Gráfico nº 3 – Valores mensais de Precipitação

Fonte: Ficha Climatológica 1971-2000, IM, 2012

No concelho de Alter do Chão, segundo o **gráfico nº 3**, elaborado com base nas Normais Climatológicas de Portalegre, os quantitativos pluviométricos anuais atingem os 852 mm, distribuídos essencialmente pelos 7 meses do ano em que o risco de incêndio é menor. Observa-se ainda que os valores de precipitação na época estival são quase nulos e que o mês de Julho é o mais seco.

Relativamente às implicações DFCI poderá dizer-se que a precipitação é bastante baixa no período estival, o que aumenta a necessidade de prontidão e capacidade de resposta na prevenção e no combate aos incêndios florestais.



2.4.VENTO

Existem em Portugal Continental, ventos ligados à circulação atmosférica geral (planetários), que apresentam um rumo bem definido, aproximadamente constante, de intensidade moderada a forte, modificando a sua velocidade e rumo consoante a disposição do relevo. Sopram predominantemente do quadrante Oeste, efetuando uma longa trajetória sobre o Oceano Atlântico, sendo por isso húmidos. Todavia, embora com menos frequência, podem soprar do quadrante Este, sendo neste caso, ventos continentais secos que dificultam as operações de combate a incêndios florestais.

Existem ainda os ventos locais, que são originados pelas brisas de vale (diurnas) e de montanha (noturna) ou pela brisa marítima (diurna – início da tarde) e brisa terrestre (noturna – início da noite).

Em termos de perigosidade de incêndio, a velocidade do vento constitui um parâmetro mais importante do que a sua frequência, já que é ela que contribui grandemente para a velocidade de propagação do fogo. Importa por isso, ter a noção da velocidade do vento nas várias situações que interferem no comportamento do incêndio e nos trabalhos a efetuar.

Neste contexto, é importante conhecer a escala de *Beaufort*, que permite através de uma observação simples, estimar a velocidade do vento. **(Quadro nº 1)**

Força do Vento	Designação	Descrição	Velocidade (km/h)
1	Aragem	Uma coluna de fumo fina sobe quase na vertical, dobrando-se na direção do vento, como sucede com as ervas altas.	Até 5
2	Fraco	Sente-se na cara. As folhas das árvores mexem-se.	5 a 10
3	Brisa	As folhas das árvores estão em constante movimento. Os papéis movem-se no solo.	10 a 20
4	Forte	O pó levanta-se na estrada e os arbustos agitam-se.	Mais de 20

Quadro nº 1 – Escala de *Beaufort*, Adaptada

Fonte: Manual de Combate a Incêndios Florestais, ENB, 2006

Da análise do **gráfico nº 4**, podemos verificar que o regime de ventos é caracterizado pela predominância de ventos de Noroeste e Oeste, que, fruto da sua trajetória sobre o Oceano Atlântico,

Informação de Base



trazem alguma humidade e apresentam velocidade média abaixo dos 15 km/h. Por sua vez os ventos que atingem maior velocidade média sopram de Nordeste e Sudeste, e fruto da sua natureza continental são mais quentes e secos influenciando a propagação dos incêndios.

Gráfico Anual às 0, 3, 6, 9, 12, 15, 18, 21 UTC

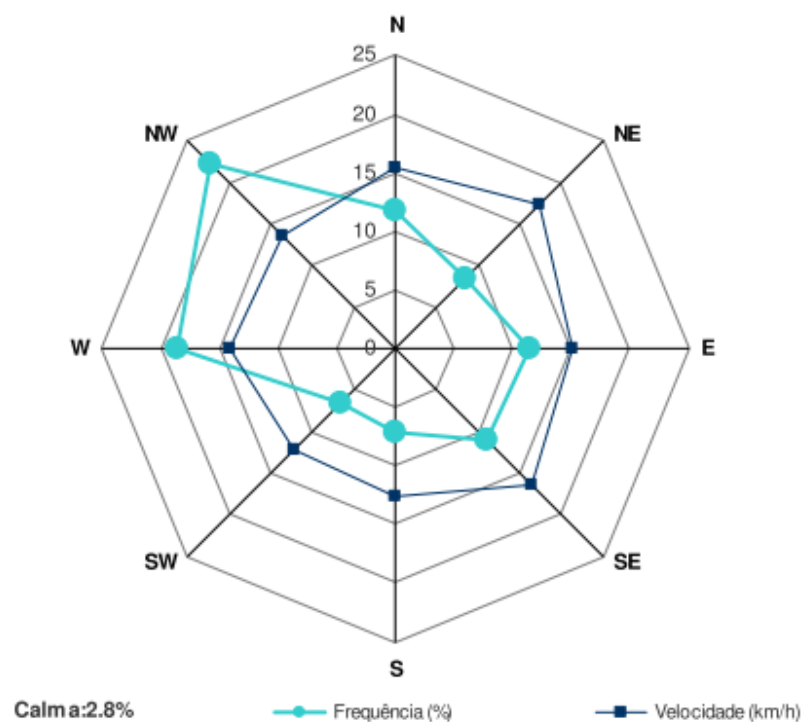


Gráfico nº 4 – Regime de Ventos

Fonte: Ficha Climatológica 1971-2000, IM, 2012

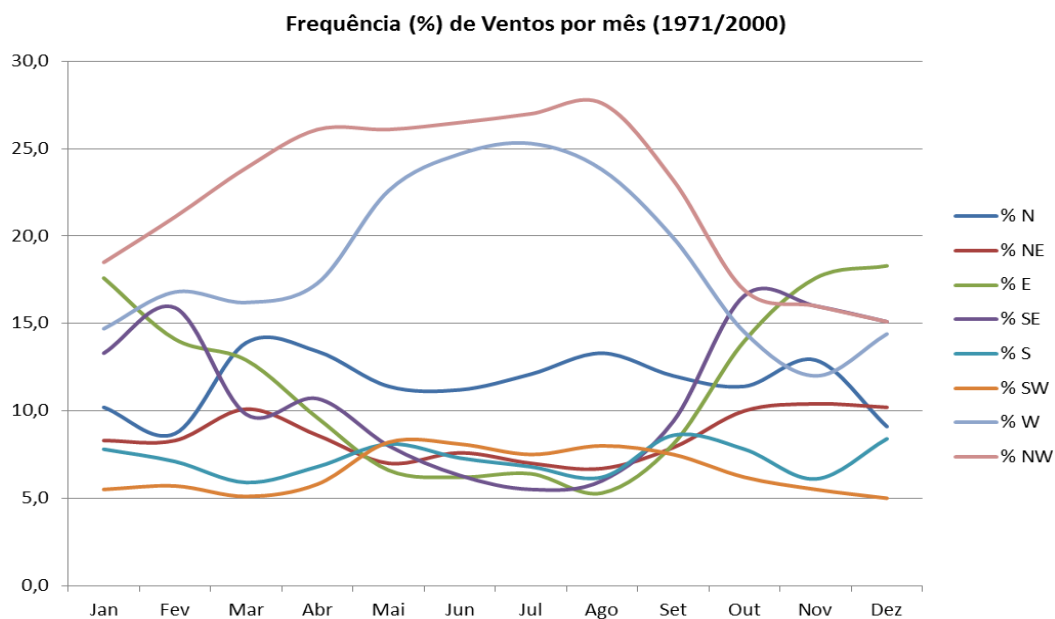


Gráfico nº 5 – Frequência de ventos mensal

Fonte: Ficha Climatológica 1971-2000, IM, 2012

Observando os dados disponíveis mensalmente, através do **gráfico nº 5**, verificamos que durante o período estival predominam largamente os ventos de Noroeste e Oeste.

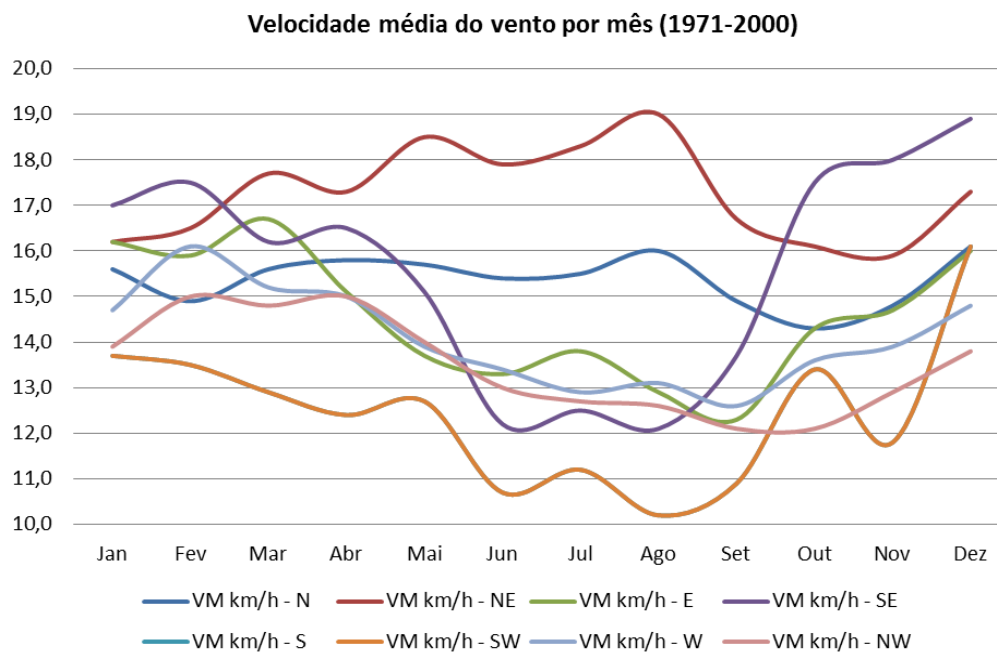


Gráfico nº 6 – Velocidade média do vento mensal

Fonte: Ficha Climatológica 1971-2000, IM, 2012



Continuando a observação dos dados disponíveis mensalmente, através do **gráfico nº 6** verificamos que os ventos que atingem maior velocidade são os de Nordeste, precisamente no mês de agosto.

Relativamente às implicações DFCI poderá dizer-se que apesar de um regime de ventos moderado, durante o período estival a velocidade do vento é superior ao resto do ano, o que conjuntamente com os ventos secos e quentes oriundos do Norte de África vai dificultar muito a prevenção e o combate aos incêndios florestais neste território.

3. CARATERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

3.1. POPULAÇÃO RESIDENTE POR CENSO E FREGUESIA (1991 - 2001 - 2011) E DENSIDADE POPULACIONAL (2001 - 2011)

Alter do Chão, à semelhança de todo o interior alentejano, tem sofrido um progressivo despovoamento humano. Entre 2001 e 2011 verificou-se um decréscimo populacional de aproximadamente 10 %.

Freguesia	Pop. Residente 1991	Pop. Residente 2001	Pop. Residente 2011
Alter do Chão	2744	2556	2373
Chancelaria	697	536	448
Seda	479	389	352
Cunheira	521	457	389
TOTAL	4441	3938	3562

Quadro nº 2 – População Residente no Concelho de Alter do Chão

Fonte: Recenseamento Geral da População, INE, 2011

A nível intra-concelhio, a freguesia que apresenta maior número de habitantes é, como se verifica pelo **quadro nº 3**, Alter do Chão, com 2373 habitantes que apresenta também a maior densidade populacional. Merecem referência as baixas densidades populacionais de Chancelaria e principalmente de Seda, que se afigura como das mais baixas do distrito de Portalegre.

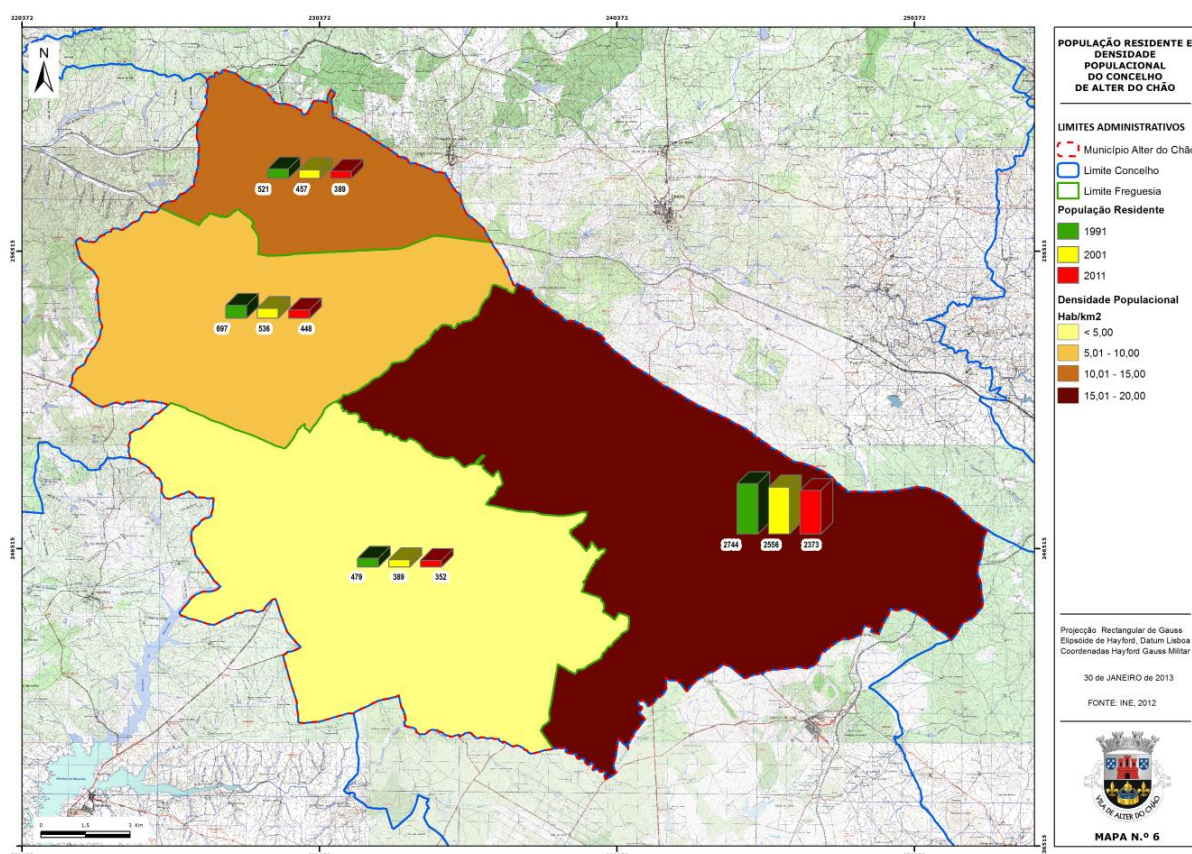


Freguesia	População Residente 2011	Densidade Populacional (hab/km2)
Alter do Chão	2373	16,85
Chancelaria	448	6,25
Seda	352	3,13
Cunheira	389	10,49
TOTAL	3562	9,84

Quadro nº 3 – Densidade Populacional no Concelho de Alter do Chão

Fonte: Recenseamento Geral da População, INE, 2011

Este concelho tem, atualmente, uma população residente de 3562 habitantes, equivalendo a uma densidade populacional de 9,84 hab/km², apresentando uma perda de praticamente um habitante por km² relativamente ao último recenseamento efetuado.



Mapa nº 6 – População Residente e Densidade Populacional

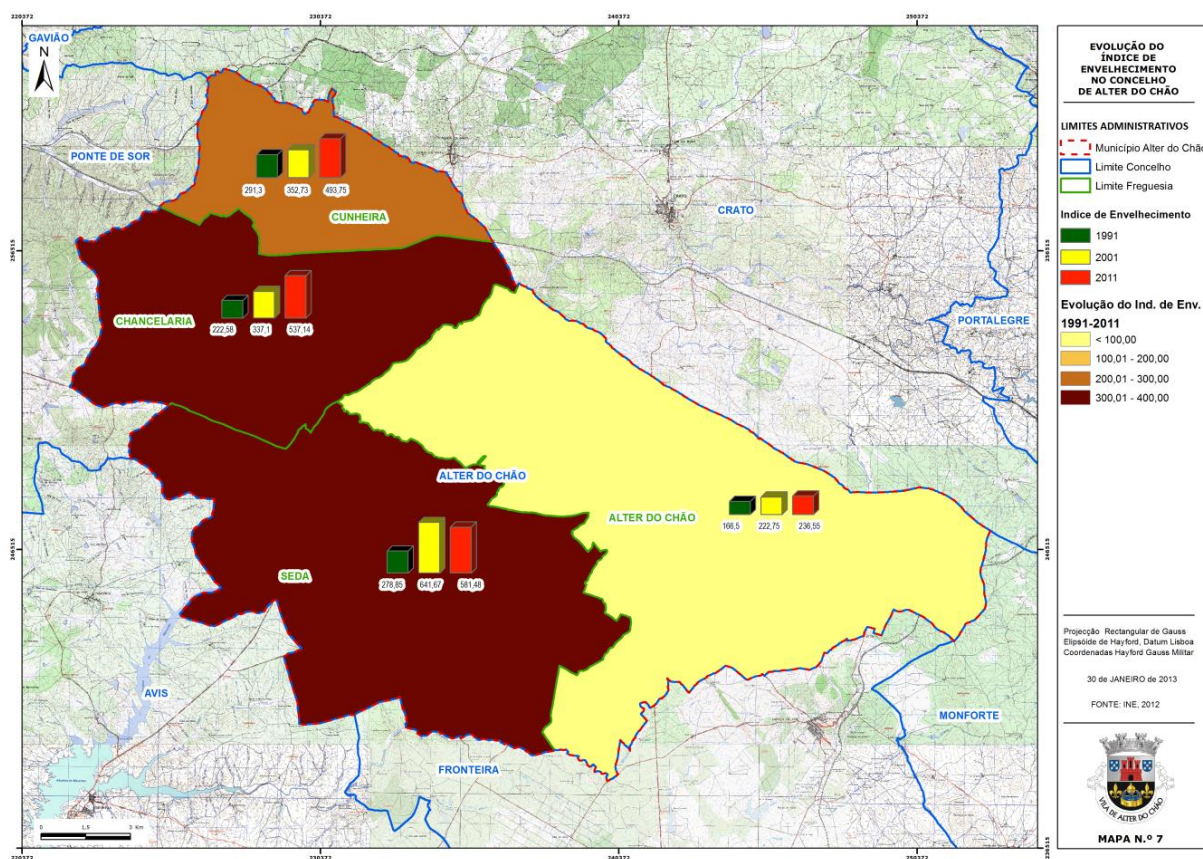
Fonte: INE, 2012



Embora o concelho de Alter do Chão tenha potencial agrícola, a análise dos dados alerta para a necessidade de que sejam tomadas medidas no sentido de evitar a desertificação dos meios rurais, pois, como se sabe, o abandono dos meios rurais significa o abandono da floresta.

Relativamente às implicações DFCl poderá constatar-se que num território onde não existem pessoas, urge repensar estratégias e reforçar os meios com capacidade de vigilância e primeira intervenção de forma a tentar mitigar o número de ignições.

3.2. ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO E SUA EVOLUÇÃO (1991 - 2001 - 2011)



Mapa nº 7 – Índice de Envelhecimento e sua evolução (1991-2011)

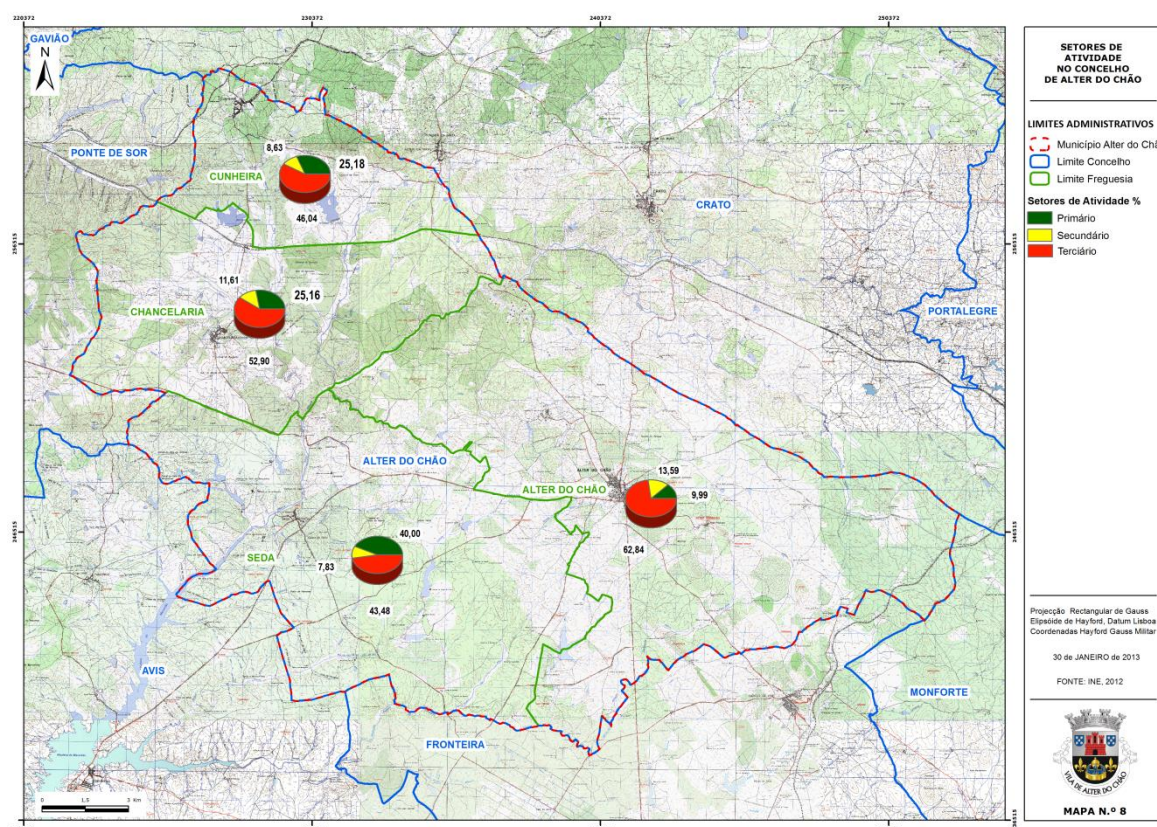
Fonte: INE, 2012



Segundo os dados do INE, constata-se que o índice de envelhecimento no concelho de Alter do Chão é 309,64%. Este valor carrega uma penalização imposta pelas 3 freguesias fora da sede de concelho que apresentam um índice médio de envelhecimento de 537,46%, que acabam por penalizar bastante o total concelhio.

Este cenário, revela-se problemático ao nível da DFCI, devido ao progressivo abandono das zonas rurais pelas populações envelhecidas, transformando-as em zonas de inculto, que levam ao aumento do nível de perigosidade dos incêndios florestais.

3.3. POPULAÇÃO POR SECTOR DE ATIVIDADE (% 2011)



Mapa nº 8 – População ativa por setores de atividade

Fonte: INE, 2012



Com base nos Censos de 2011, verificamos que o sector terciário é o maior empregador do concelho, apresentando-se nessa qualidade em todas as freguesias.

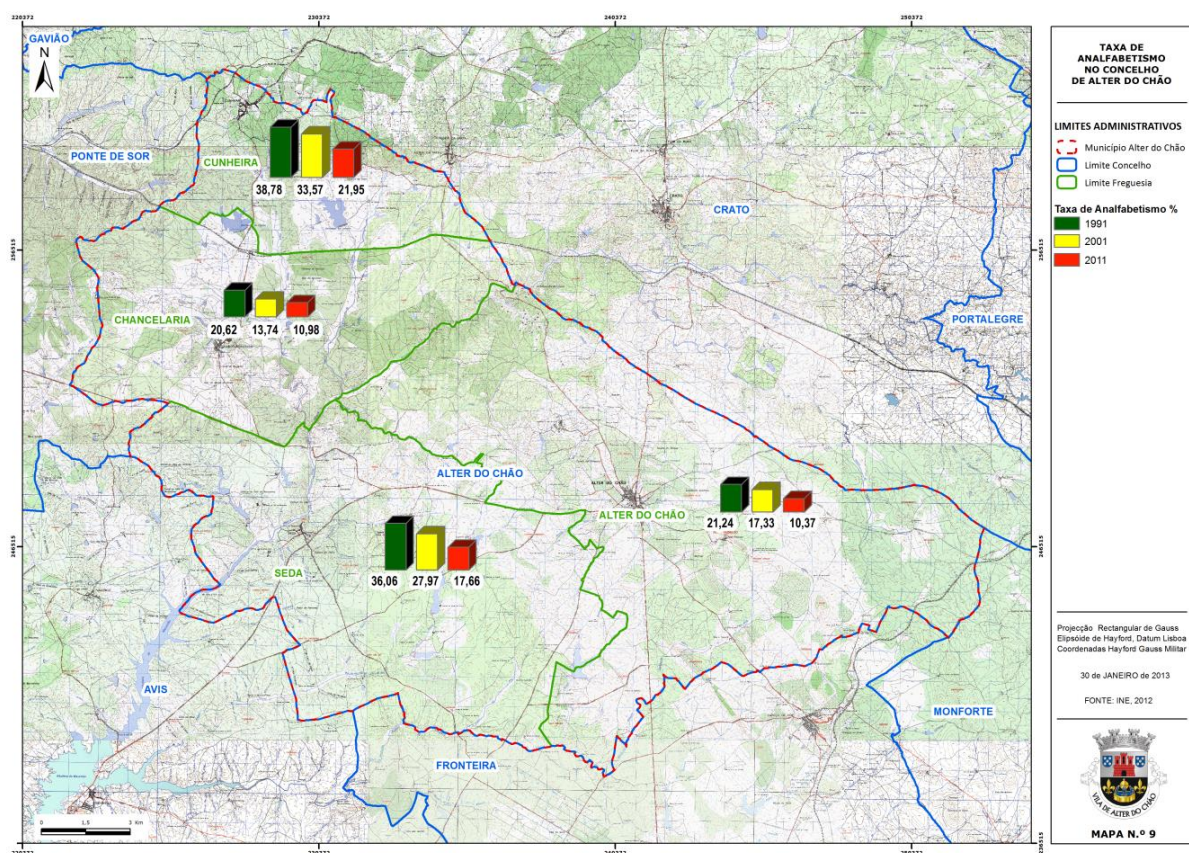
Esta terciarização, explica-se não só pela modernização agrícola, mas também pelo facto de o concelho de Alter do Chão ser constituído por grandes herdades, havendo poucas pessoas a trabalhar na agricultura e na floresta comparativamente com os outros sectores, onde os serviços absorvem a grande quantidade da mão-de-obra. Relativamente à mão-de-obra nos serviços refira-se que o Município e os lares e centros de dia do concelho são os maiores empregadores no concelho de Alter do Chão, em grande parte devido ao envelhecimento da população residente. o mesmo se passa ao nível distrital.

Relativamente às implicações DFCI poderá dizer-se que, a diminuição da presença humana nos espaços rurais é um fator negativo a considerar.

3.4. TAXA DE ANALFABETISMO (1991 – 2001-2011)

Analisando os Censos de 1991, 2001 e 2011, verificamos que a taxa de analfabetismo diminuiu em todas as freguesias, sendo a freguesia de Alter do Chão aquela que apresenta menor taxa de analfabetismo (10,37%). No lado oposto surge a freguesia de Cunheira, que apesar de vir a diminuir a sua taxa, ainda apresenta nesta altura uns preocupantes 21,95%.

Relativamente às implicações DFCI poderemos considerar estes valores como um indicador que pode compensar algumas perdas que se verificam noutras áreas, pois uma população mais instruída, terá maior probabilidade de ser sensibilizada e consciencializada para evitar comportamentos de risco e atos de negligência.



Mapa nº 9 – Taxa de Analfabetismo

Fonte: INE, 2012

3.5. ROMARIAS E FESTAS

A celebração de festividades são normalmente datas de grande aglomeração de pessoas, que se deslocam ou regressam à sua terra. Este plano apenas incide sobre a DFCI, tentando apurar datas e locais merecedores de especial atenção de quem tem como tarefa prevenir a ocorrência de Incêndios Florestais.

Não é demais referir que o uso foguetes e outras formas de fogo, deve ser enquadrado conforme estipulado no Regulamento Municipal de Uso do Fogo.

Relativamente a implicações DFCI, estes são acontecimentos relevantes a considerar e merecem fiscalização e vigilância atenta da parte das autoridades, dado que, algumas vezes, é nestas datas que



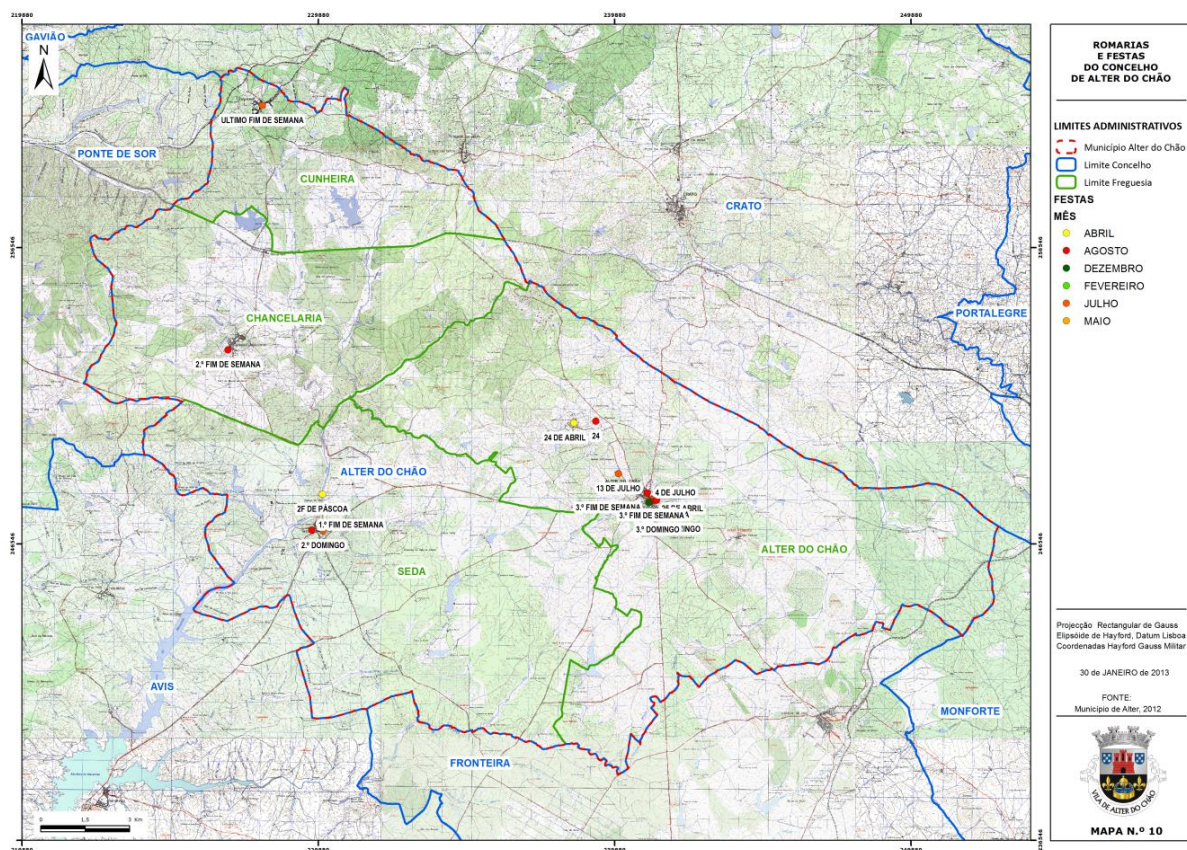
se iniciam alguns incêndios, quer por lançamento de fogo-de-artifício, quer por negligência das populações locais.

Segue-se uma listagem e um mapa das datas apuradas como relevantes neste capítulo.

Mês	Dia Início	Freguesia	Lugar	Designação	Observações
Fevereiro	3º Domingo	Alter do Chão	Parque da Feira	Feira de Fevereiro	
Março/Abril	Segunda-feira de Páscoa	Seda	Ribeira de Seda	2ª feira de Páscoa	Uso de fogo para confeção de alimentos
Abril	24	Alter do Chão	Coudelaria	Leilão Anual de Garanhões	Uso de fogo para confeção de alimentos
Abril	25	Alter do Chão	Alter do Chão	Feira de S.Marcos	Uso de Foguetes
Abril	25	Cunheira	Cunheira	Festa de	Uso de Foguetes
Abril/Maio	Quinta-feira de Ascensão	Alter do Chão	Alter do Chão	Dia do Município	Uso de Foguetes
Junho	13	Alter do Chão	Zona da Coudelaria	Procissão Stº António dos Olivais	Uso de fogo para confeção de alimentos
Julho	4	Alter do Chão	Alter do Chão	Festa Rainha Santa Isabel	Fogueiras
Julho	2º Domingo	Seda	Estrada dos Espinheiros	Feira Anual	
Julho	Último fim de semana	Cunheira	Cunheira	Festas de Verão	Uso de Foguetes e fogo-de-artifício
Agosto	1º fim de semana	Seda	Seda	Festas de Verão	Uso de Foguetes e fogo-de-artifício
Agosto	1º Domingo	Alter do Chão	Parque da Feira	Feira de Agosto	
Agosto	2º fim de semana	Chancelaria	Chança	Festas de Verão	Uso de Foguetes e fogo-de-artifício
Agosto	3º fim de semana	Alter do Chão	Alter do Chão	Festa do S. Do Outeiro	Uso de Foguetes
Agosto	3º fim de semana	Alter do Chão	Alter do Chão	Festa da Sra. Da Alegria	Uso de Foguetes
Agosto	3º fim de semana	Alter do Chão	Alter do Chão	Festas de Verão	Fogo-de-artifício
Agosto	24	Alter do Chão	Coudelaria	Festa de S. Bartolomeu	Uso de fogo para confeção de alimentos
Dezembro	8	Alter do Chão	Alter do Chão	Procissão da Sra. Da Conceição	

Quadro nº 4 – Romarias e Festas no Concelho de Alter do Chão

Fonte: Município de Alter do Chão, 2007



Mapa nº 10 – Romarias e Festas

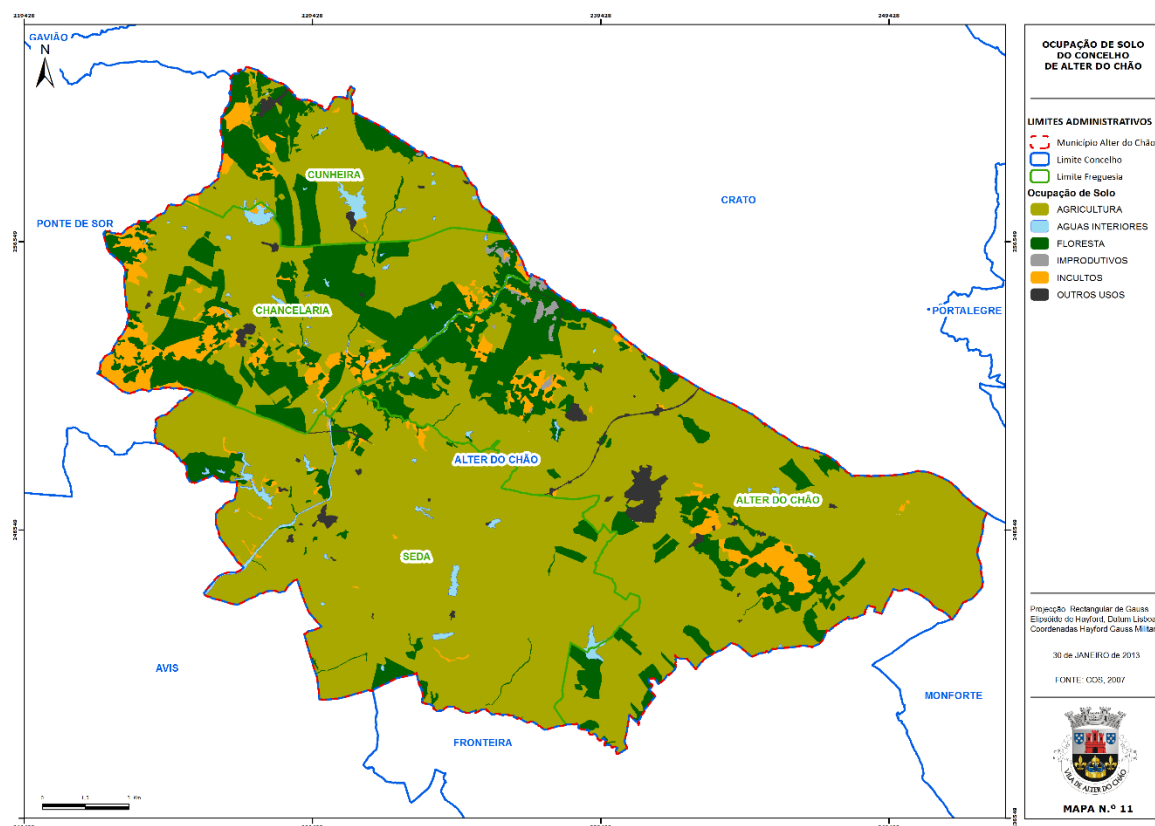
Fonte: Município de Alter do Chão, 2017

4. CARATERIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO DO SOLO E ZONAS ESPECIAIS

Para a análise da ocupação do solo do concelho de Alter do Chão, foi utilizada a Carta de Ocupação do Solo de 2007.

4.1. OCUPAÇÃO DO SOLO

A ocupação do solo do concelho de Alter do Chão, divide-se basicamente em espaços agrícolas e florestais, que ocupam respetivamente 76,3% e 17,5% do território. Os restantes 6,2% do território são ocupados por improdutivos, incultos, águas interiores e outros usos.



Mapa nº 11 – Ocupação de solo

Fonte: COS, 2007

	Outros Usos	Agricultura	Floresta	Improdutivos	Incultos	Aguas Interiores
Alter do Chão	293,52	10545,15	2636,16	78,62	461,34	70,58
Chancelaria	51,86	3619,03	2526,90	23,74	829,46	119,24
Cunheira	53,46	2390,83	1021,71	2,57	162,32	77,15
Seda	60,29	10372,83	547,01	0,00	80,60	182,98
TOTAL	459,13	26927,84	6731,78	104,93	1533,72	449,95

Quadro nº 5 – Uso e Ocupação do Solo no Concelho de Alter do Chão

Fonte: COS, 2007

Podemos referir que as áreas agrícolas e florestais se distribuem pelo concelho construindo um mosaico que favorece as medidas de DFCI, todavia é necessário ter em atenção, que os primeiros incêndios que ocorrem no concelho são normalmente provocados pelo uso da maquinaria agrícola, na época da fenagem, da abertura de aceiros ou das ceifas.



4.2. POVOAMENTOS FLORESTAIS

No que se refere à distribuição da ocupação florestal, as espécies predominantes em povoamento puro são o eucalipto (25,9%), o sobreiro (7,1%) e a azinheira (6,8%), que existem também em consociação com outras folhosas, como sejam a azinheira com outra folhosa (6,9%) e o sobreiro com outra folhosa (3,5%).

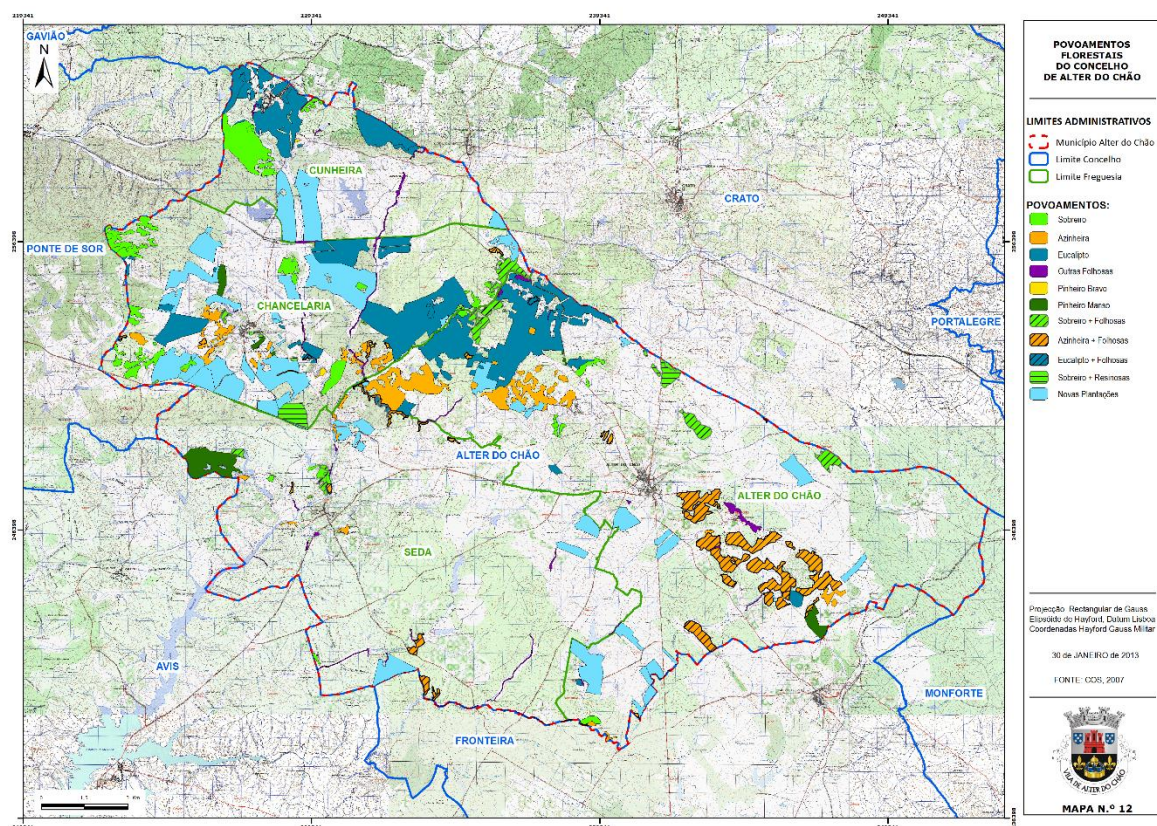
De referir também a percentagem de área ocupada por novas plantações (24,7%).

Para além deste território florestal existe depois um imenso montado onde o arvoredado não atinge densidade suficiente para ser considerado floresta.

Povoamento	Alter do Chão	Chancelaria	Cunheira	Seda	TOTAL
Azinheira	395,0254	144,2165		26,9619	566,2038
Azinheira c/ Folhosas	540,1157	25,0761		11,1976	576,3894
Azinheira c/ Resinosas				1,1519	1,1519
Sobreiro	60,7598	296,5598	211,4557	23,3412	592,1165
Sobreiro c/ Folhosas	139,8046	62,6079		90,8243	293,2368
Sobreiro c/ Resinosas	40,7940				40,7940
Eucalipto	876,5319	788,0210	486,9223	1,6035	2153,0787
Eucalipto e Out. Folhosa	6,4264	3,1286	1,7565		11,3115
Outras Folhosas	50,0637	28,8158	25,3480	41,6802	145,9077
Pinheiro Manso	43,5236	36,6145		139,4699	219,6080
Pinheiro Bravo		5,2514	1,4521		6,7035
Incultos e Improdutivos	542,8611	861,5664	164,8863	80,6126	1649,9264
Novas Plantações	480,2178	1063,2571	295,4728	211,9088	2050,8565
TOTAL	3176,1240	3315,1151	1187,2937	628,7519	8307,2847

Quadro nº 6 – Distribuição das espécies florestais no Concelho de Alter do Chão

Fonte: COS, 2007



Mapa nº 12 – Povoamentos Florestais

Fonte: COS, 2007

Dentro das freguesias o eucalipto aparece agora como predominante em todas elas à exceção de Seda onde predomina o Pinheiro Manso. Esta realidade poderá ser alterada a breve prazo, pois quando as novas plantações ganharem o estatuto de povoamentos deverá ser o sobreiro a predominar ou pelo menos a ficar em pé de igualdade com o eucalipto em todas as freguesias.

Em termos de implicações DFCl, deve ter-se especial atenção à gestão do subcoberto dos montados de sobre e azinho, que tem vindo a evoluir para matos lenhosos devido ao abandono a que são votados alguns destes espaços. Importa por isso agir preventivamente, impedindo a formação de manchas contínuas matos que transformam por completo o comportamento do fogo, saindo dos padrões normais para o montado.

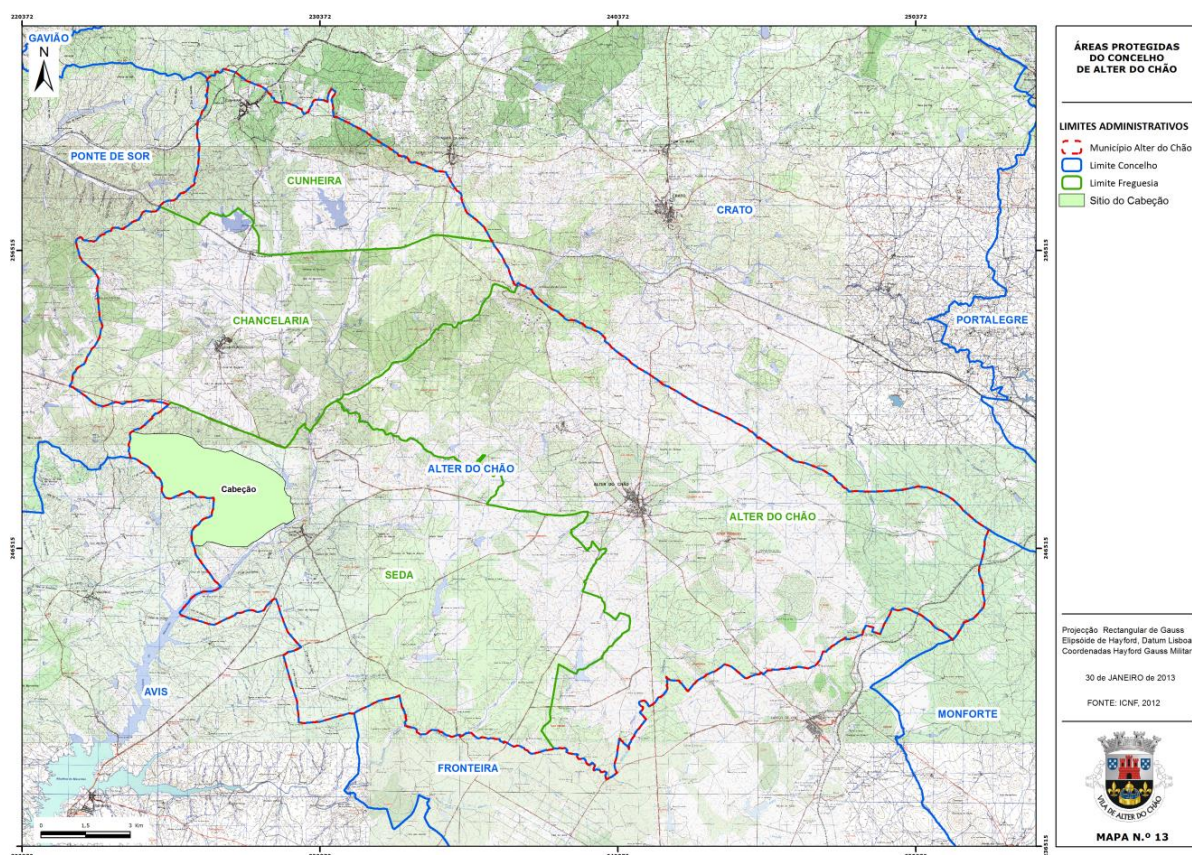


4.3. REDE NATURA 2000 E REGIME FLORESTAL

Neste capítulo o território municipal apenas é abrangido pela Rede Natura 2000, mais concretamente pelo Sítio do Cabeção, cuja gestão é dirigida para a conservação dos montados e da fauna e flora ripícola. O território abrangido são 1173,07 hectares (3,24% do concelho) e situa-se na freguesia de Seda.

Não existem outras áreas protegidas, nem zonas submetidas a regime florestal.

Quanto a implicações DFCl, deverá o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas pronunciar-se sobre as medidas a tomar para que seja conjugada a Defesa da Floresta Contra Incêndios com os desígnios da Conservação da Natureza.



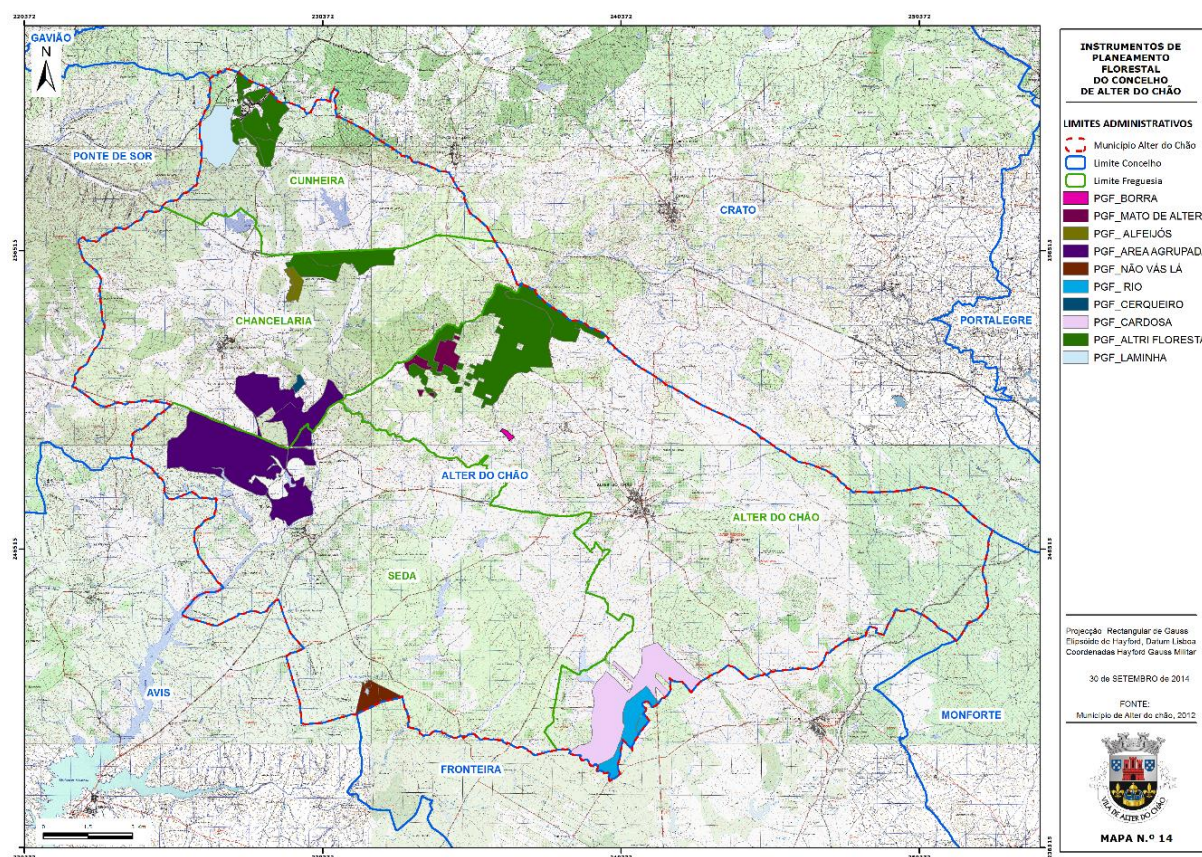
Mapa nº 13 – Áreas Protegidas

Fonte: ICNF, 2012



4.4. INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO FLORESTAL

A informação disponível para esta temática é a disponibilizada pela ALTRI Florestal acompanhada da obtida pelo Município devido aos pedidos de enquadramento em PDM e PMDFCI para a execução dos PGF. Refira-se, no entanto, que não é possível saber se os mesmos PGF chegaram a ser aprovados pelo ICNF.



Mapa nº 14 – Instrumentos de Planeamento Florestal

Fonte: Município de Alter do Chão, 2014

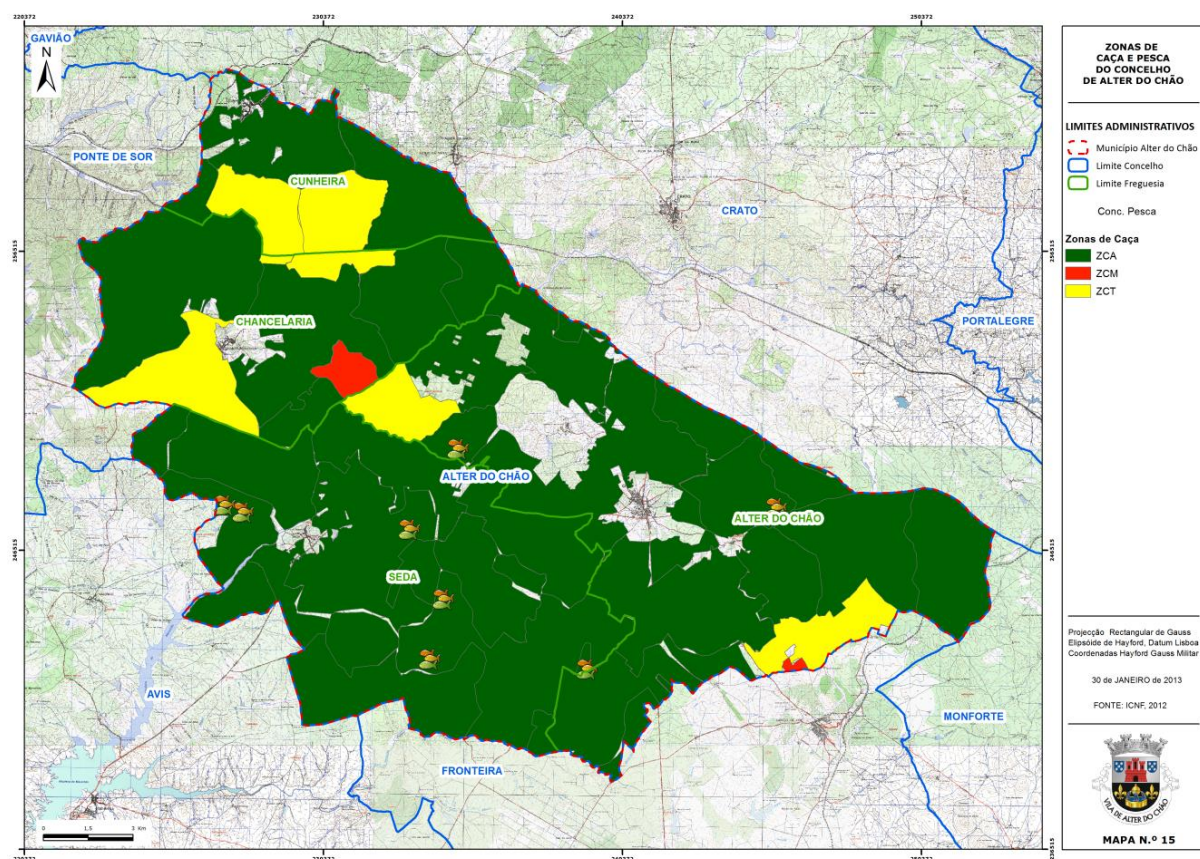
Quanto a implicações DFCI, dada a inexistência quase generalizada de Planos de Gestão Florestal, não é possível aferir medidas de DFCI com origem nos produtores florestais do concelho.

Apenas é possível referir que a ALTRI Florestal se encontra agrupada sobre os desígnios da AFOCELCA e possui meios de primeira intervenção e combate próprios. Quanto à prevenção é feita a montante dando cumprimento ao seu plano de gestão e à legislação em vigor.

Informação de Base

4.5. EQUIPAMENTOS FLORESTAIS DE RECREIO, ZONAS DE CAÇA E PESCA

Segundo dados do ICNF, no concelho de Alter do Chão existem 34 Zonas de Caça Associativas, 2 Zonas de Caça Municipais e 6 Zonas de Caça Turísticas, assim como 8 Concessões de Pesca Desportiva.



Mapa n.º 15 – Zonas de Caça e Pesca

Fonte: ICNF, 2012

Em termos de implicações DFCl, podemos considerar esta situação como uma mais-valia, pois mais pessoas com interesse na exploração dos recursos, significa uma malha de vigilância e deteção alargada.

5. HISTÓRICO E CAUSALIDADE DOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

Os incêndios florestais são fenómenos transversais do ponto de vista do impacto no território, não distinguindo áreas públicas de privadas, limites de propriedade ou região administrativa. O fator



comum às áreas atingidas por um incêndio é a semelhança da gestão ou de ausência da mesma e, consequentemente, dos índices de biomassa e de risco de incêndio.

As condições meteorológicas desempenham um papel fundamental na ignição e propagação de um incêndio florestal. Em Portugal onde se verifica a coincidência da época mais seca do ano com a época mais quente, conjugam-se condições propícias à ignição e propagação dos incêndios, os quais são, na grande maioria, de origem antrópica intencional ou por negligência.

No entanto, devem ser igualmente contabilizadas a erosão provocada no solo, as alterações do ciclo hidrológico e as consequências na biodiversidade.

5.1. ÁREA ARDIDA E NÚMERO DE OCORRÊNCIAS (DISTRIBUIÇÃO ANUAL)

De acordo com os dados apurados pela ICNF, foram consideradas as ocorrências que tiveram lugar entre 1996 e 2014.

Ressalve-se que apesar de serem dados oficiais, não correspondem ao número total de incêndios ocorridos em meio rural, devido a diversas deficiências, como sejam classificação errada ou o levantamento rudimentar. Acrescente-se o desaparecimento generalizado dos dados referentes a incêndios agrícolas que aqui ocorrem com alguma frequência.

Reportando então aos dados disponibilizados pelo ICNF, o **gráfico nº 7** mostra como os Incêndios de 2003 foram castigadores em relação ao concelho de Alter do Chão, sendo o único ano do intervalo considerado em que arderam áreas superiores a 1000 hectares.



DISTRIBUIÇÃO ANUAL DA ÁREA ARDIDA E DO Nº DE OCORRÊNCIAS (1996 - 2014)

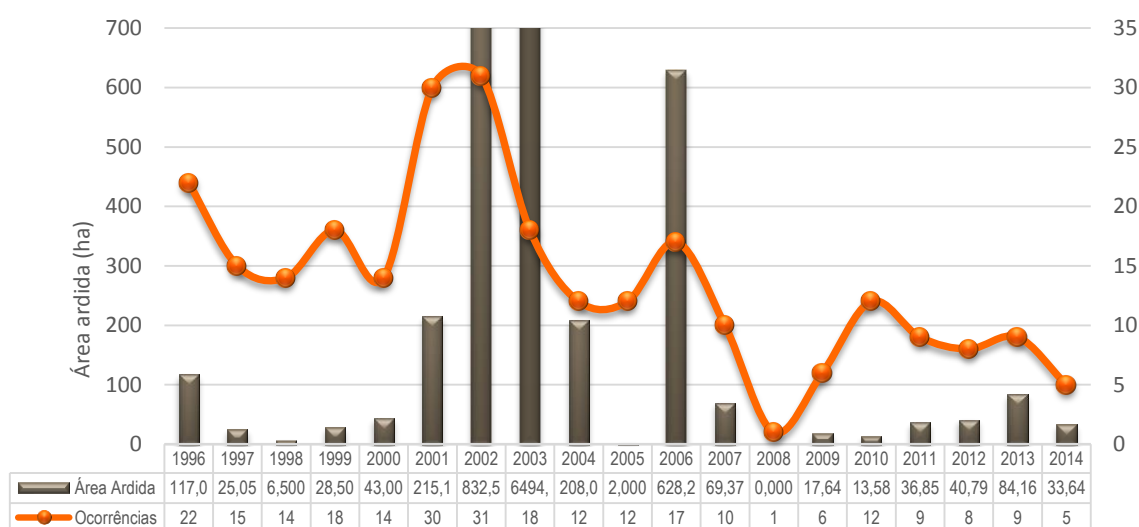


Gráfico nº 7 – Distribuição anual da área ardida e do nº de ocorrências (1996 – 2014)

Fonte: ICNF, 2014

Com exceção deste ano, têm ocorrido alguns incêndios que atingem maior proporção, mas a área ardida encontra-se bastante abaixo da média nacional.

Note-se, no entanto, que existe muito combustível fino e as velocidades de propagação sobem bastante em relação ao tradicional incêndio florestal, pelo que a primeira intervenção assume aqui um papel fulcral.

Constata-se também que o número de ocorrências e a área ardida não são diretamente proporcionais, pois existem anos com mais ocorrências e menos área ardida e vice-versa.

O **gráfico nº 8** expressa a distribuição da área ardida por freguesia, verificando-se que Cunheira é a freguesia com maior média de área ardida no quinquénio 2010 – 2014, com uma área ardida média de 21,4 hectares, seguida de Chança com uma área ardida média de 8,3 hectares, o que é explicado, em parte por serem as duas freguesias mais distantes do Corpo de Bombeiros.



DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA ARDIDA E DO Nº DE OCORRÊNCIAS EM 2014 E MÉDIA DO QUINQUÊNIO 2010-2014, POR FREGUESIA

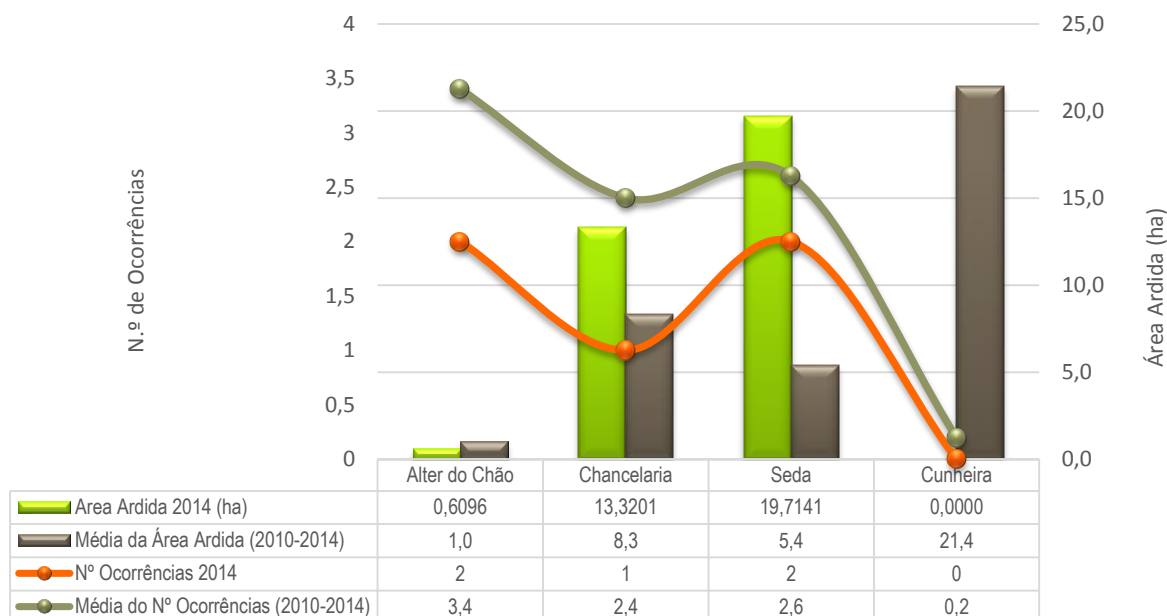


Gráfico nº 8 – Distribuição da área ardida e do nº de ocorrências (2010 – 2014), por Freguesia

Fonte: ICNF, 2014

Em 2014 a maior área ardida verificou-se e Seda.

Quanto ao número de ocorrências registadas no quinquénio 2010 – 2014, Alter do Chão passa das 3 ocorrências anuais, Chancelaria e Seda aproximam-se das 3 ocorrência por ano e Cunheira apresenta 0,2 ocorrências por ano, ou seja, 1 ocorrência por cada 5 anos.

Neste quinquénio devem ser sublinhados dois fatores: O baixo número de ocorrências e a baixa área ardida, que entre outros indicadores deixam transparecer os frutos do investimento feito pelo Município de Alter do Chão na prevenção estrutural, vigilância e primeira intervenção.

O **gráfico nº 9**, aborda a área florestal ardida por freguesia, revelando que na freguesia de Cunheira, ardem 1,82 hectares por cada 100, que são suficientes para que seja a freguesia que apresenta maior média de área ardida por espaço florestal. Ainda assim podemos considerar os valores apresentados como irrelevantes, bastante abaixo dos valores que estavam referenciados no anterior plano.



DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA ARDIDA E DO Nº DE OCORRÊNCIAS EM 2014 E MÉDIA DO QUINQUÊNIO 2010-2014 POR ESPAÇOS FLORESTAIS EM CADA 100 HA

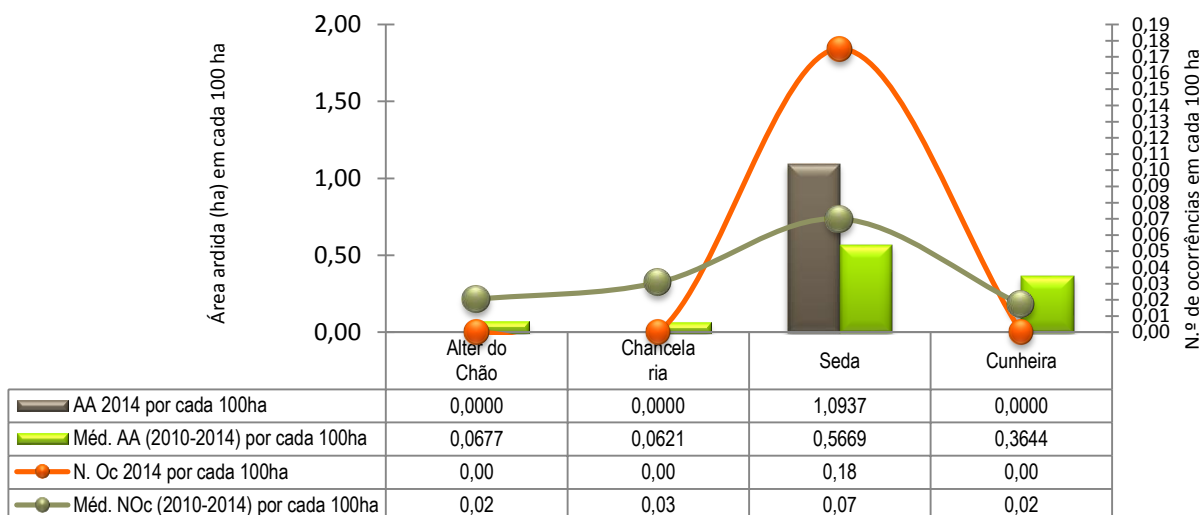


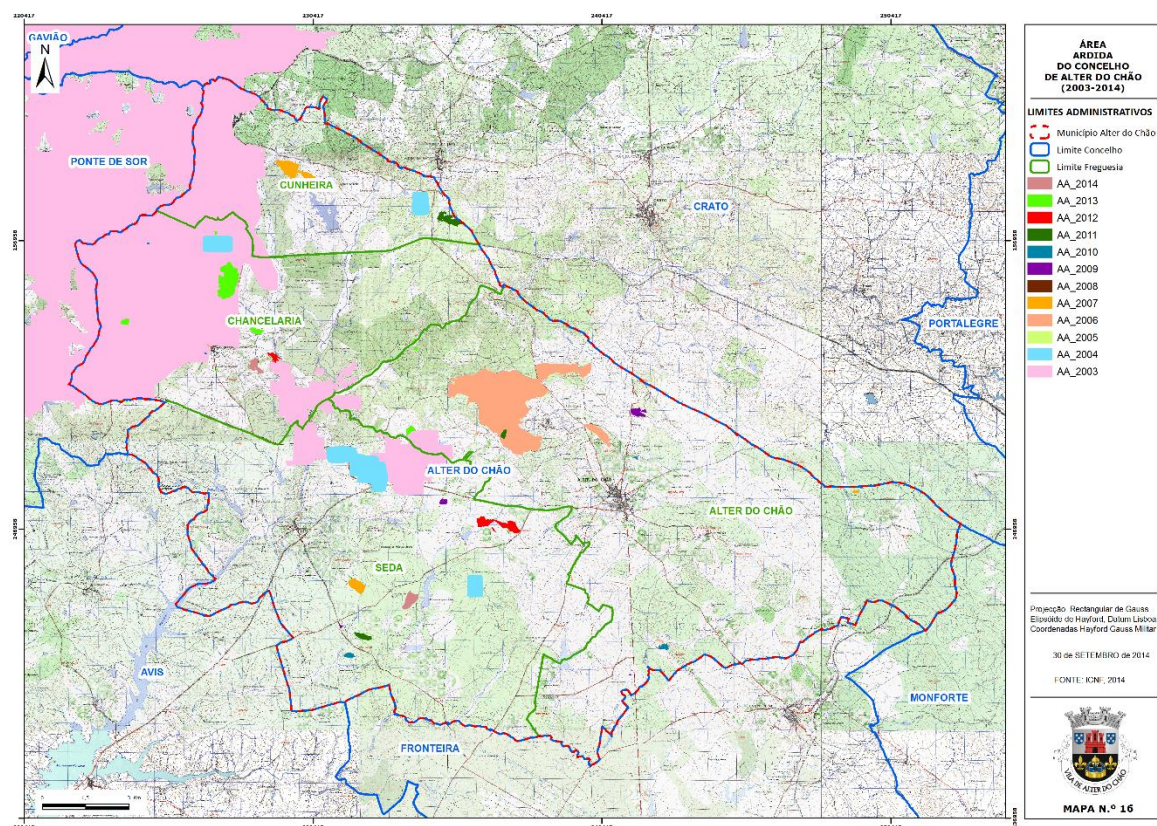
Gráfico nº 9 – Distribuição da área ardida e do nº de ocorrências (2010- 2014) por espaços florestais em cada 100 ha, por Freguesia

Fonte: ICNF, 2014

Relativamente a 2014, a única freguesia que apresenta registo é Seda, com um valor de 1,0937 hectares por cada 100.

Quanto ao número de ocorrências, os números podem ser considerados quase insignificantes.

Desde 2003, com o aumento do planeamento de DFCl e gestão florestal, nomeadamente com o recurso a uma base alargada de equipas de primeira intervenção e de sapadores florestais, que se vêm registando bons resultados, quer na diminuição da área ardida quer na diminuição do número de ocorrências registadas.



Mapa nº 16 – Área Ardida entre 2013 e 2014

Fonte: ICNF, 2014

Como conclusão, podemos afirmar que os anos de 2003, 2002 e 2006 foram, por esta ordem os 3 anos negros em termos de incêndios no concelho de Alter do Chão, tendo ardido respetivamente 6495, 833 e 628 hectares.

Apesar do número de ocorrências apresentar algumas flutuações, em 7 anos dos últimos 10 não atingiu as 10 ocorrências anuais. Relativamente à área ardida em 19 anos de registos a fasquia dos 100 hectares foi ultrapassada 6 vezes. Destas, apenas uma vez ocorreu dentro da última década.

5.2. ÁREA ARDIDA E NÚMERO DE OCORRÊNCIAS (DISTRIBUIÇÃO MENSAL)

Neste capítulo é possível identificar quais os meses mais críticos e suscetíveis à ocorrência de incêndios, contribuindo para um melhor planeamento de DFCI.



DISTRIBUIÇÃO MENSAL DA ÁREA ARDIDA E DO Nº DE OCORRÊNCIAS 2013 E MÉDIA 1996 - 2014

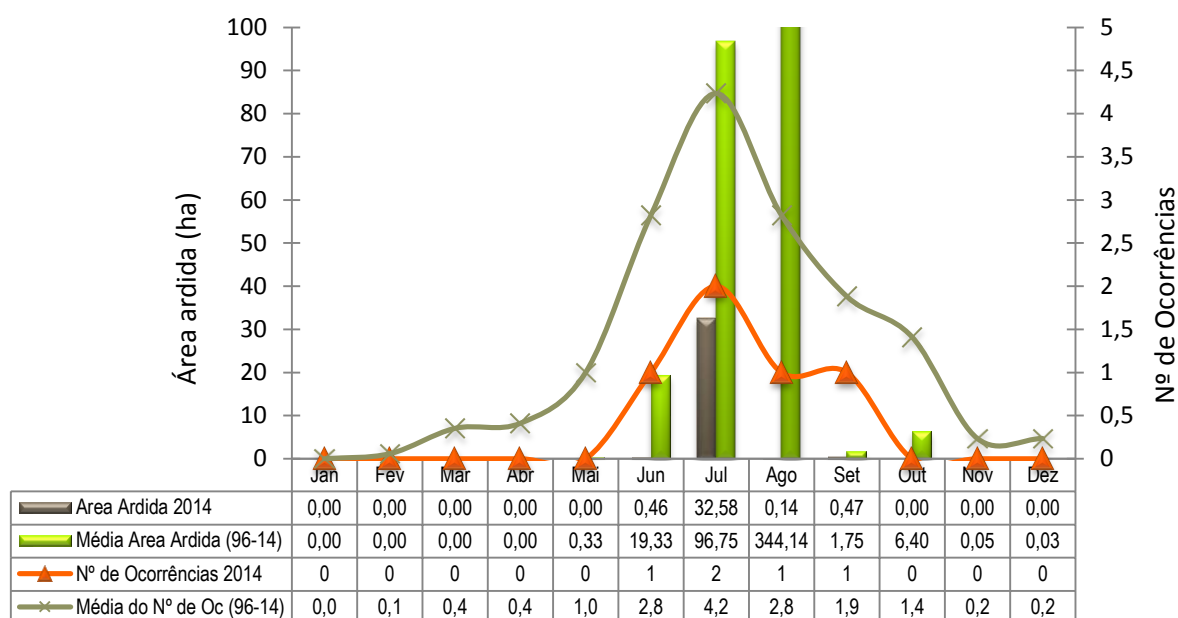


Gráfico nº 10 – Distribuição mensal da área ardida e do nº de ocorrências florestais em 2013, e média 1996-2013.

Fonte: ICNF, 2014

Com base no **gráfico nº 10**, podemos apontar os meses de julho e agosto como aqueles em que é consumida a maior parte da área ardida, sendo o mês de agosto de 2003 o grande responsável por este resultado. Quanto à média de ocorrências entre 1996 e 2014, ela atinge o seu valor máximo no mês de julho, onde existem 4,2 ocorrências por ano, sendo neste caso superior à média dos meses de junho e agosto que revelam 2,8 ocorrências por ano.

Podemos então concluir que é no calor do Verão que ocorrem o maior número de incêndios e é consumida, quase em exclusivo, a área ardida, o que se justifica plenamente pois é também nesta altura que se cruzam as condições meteorológicas mais propícias à ignição dos incêndios.

Não é demais concluir que todas as obras de DFCI devem ser realizadas até final de Maio, para que nesta altura de condições adversas se venham a revelar como uma verdadeira mais-valia.

5.3. ÁREA ARDIDA E NÚMERO DE OCORRÊNCIAS (DISTRIBUIÇÃO SEMANAL)

Neste capítulo é possível identificar quais os dias da semana mais críticos e suscetíveis à ocorrência de incêndios, tentando estabelecer relações que elevem o estado de alerta e prontidão das equipas de vigilância, primeira intervenção e combate aos incêndios florestais.

Com base no **gráfico nº 11**, podemos apontar que segunda-feira é o dia que apresenta maior número de incêndios entre 1996 e 2014, apresentando um valor próximo das 2,5 unidades, em contraponto com terça-feira e sábado, que apresentam valores mais baixos.

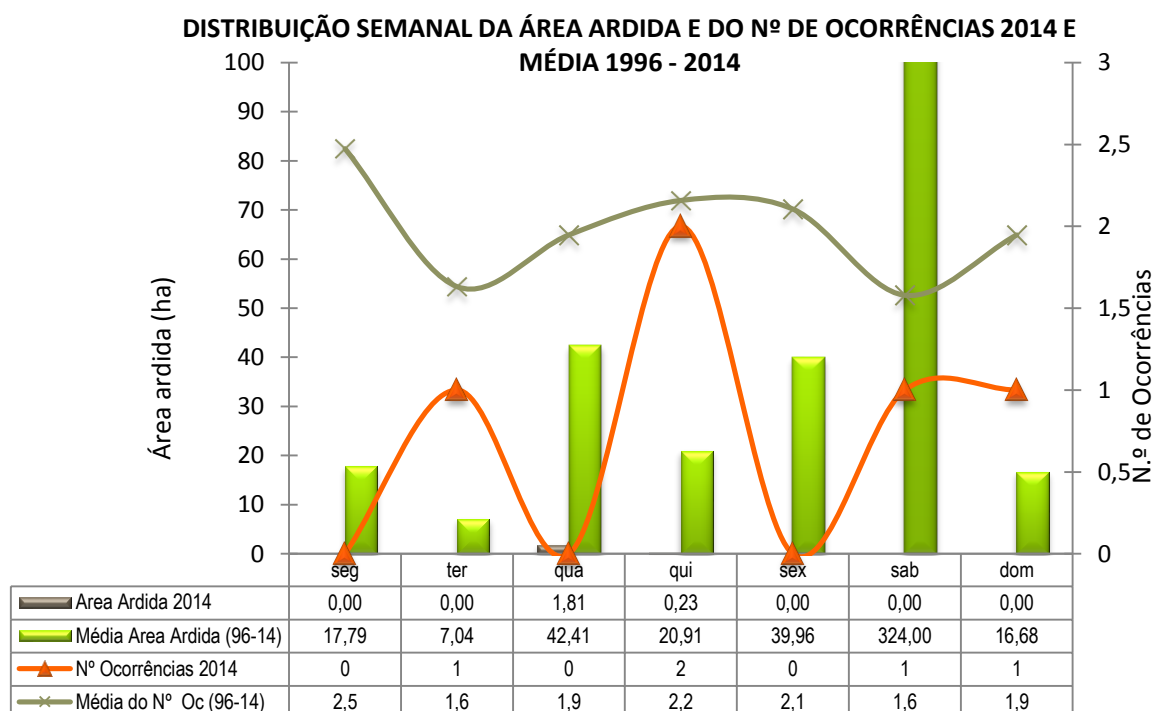


Gráfico nº 11 – Distribuição semanal da área ardida e do nº de ocorrências florestais 1996-2014

Fonte: ICNF, 2014

Da análise deste gráfico não podemos retirar conclusões que permitam identificar um dia crítico, visto que o padrão de ignições varia muito pouco entre os sete dias da semana.

Informação de Base



No período 1996 – 2014, a maior média de área ardida regista-se ao sábado (324,0 hectares), seguido de quarta e sexta-feira.

5.4. ÁREA ARDIDA E NÚMERO DE OCORRÊNCIAS (DISTRIBUIÇÃO DIÁRIA)

Neste capítulo é possível ficar com ideia dos dias mais críticos do ano em termos de ocorrências e área ardida no período entre 1996 e 2013.

Com base no **gráfico nº 12**, verifica-se que o dia 2 de agosto só por si é responsável por 83,3% da área ardida. Quanto ao número de ocorrências os dias mais críticos situam-se entre 15 de junho e 15 de agosto, havendo ainda a realçar o início do mês de outubro que, nos anos em que o verão se prolonga, também se revela problemático.

Desta análise há ainda a relevar um período de acalmia entre 15 de agosto e 30 de setembro quer em número de ocorrências quer em área ardida.

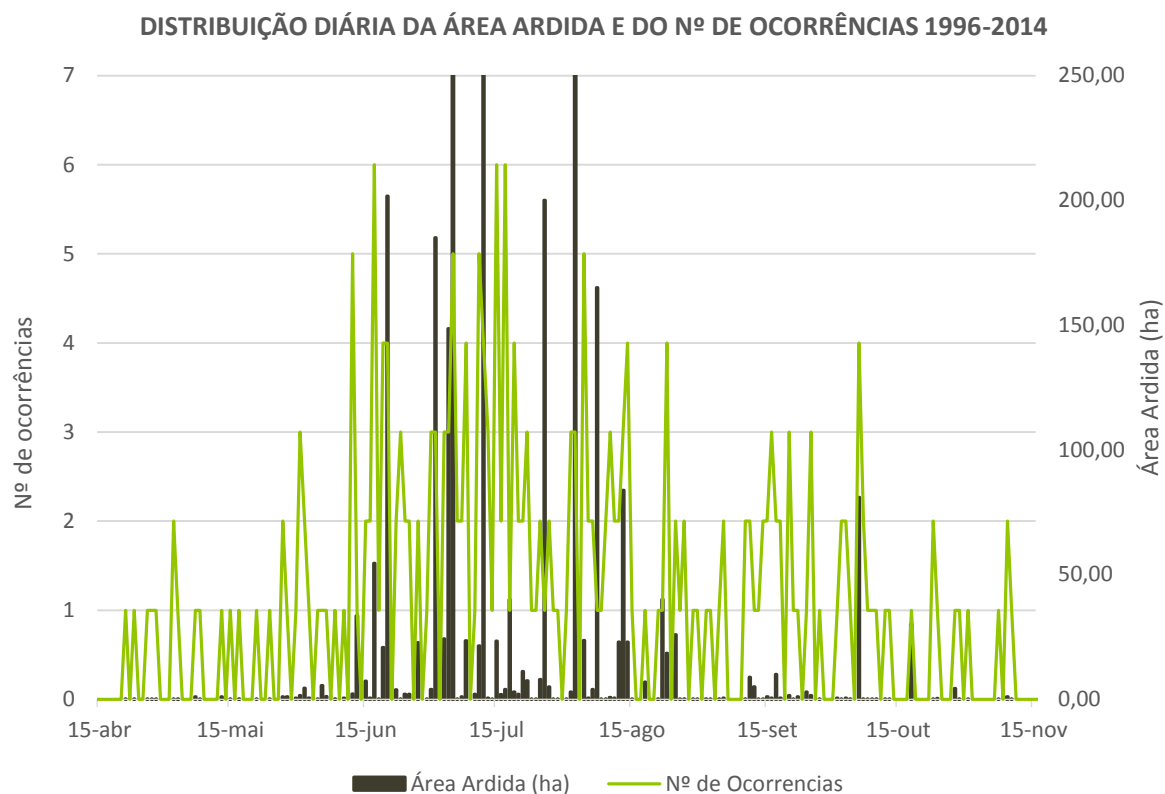


Gráfico nº 12 – Distribuição dos valores diários acumulados da área ardida e do nº de ocorrências florestais (1996–2014)

Fonte: ICNF, 2014

5.5. ÁREA ARDIDA E NÚMERO DE OCORRÊNCIAS (DISTRIBUIÇÃO HORÁRIA)

Neste capítulo é possível identificar quais as horas do dia mais suscetíveis à ocorrência de incêndios, estabelecendo indicadores para o planeamento da atividade das equipas de vigilância, primeira intervenção e combate aos incêndios rurais.

Com base no **gráfico nº 13**, podemos concluir que os incêndios que consumiram maior área no período 1996-2013, tiveram início entre as 12 e as 20 horas.



DISTRIBUIÇÃO HORÁRIA DA ÁREA ARDIDA E DO Nº DE OCORRÊNCIAS 1996 - 2014

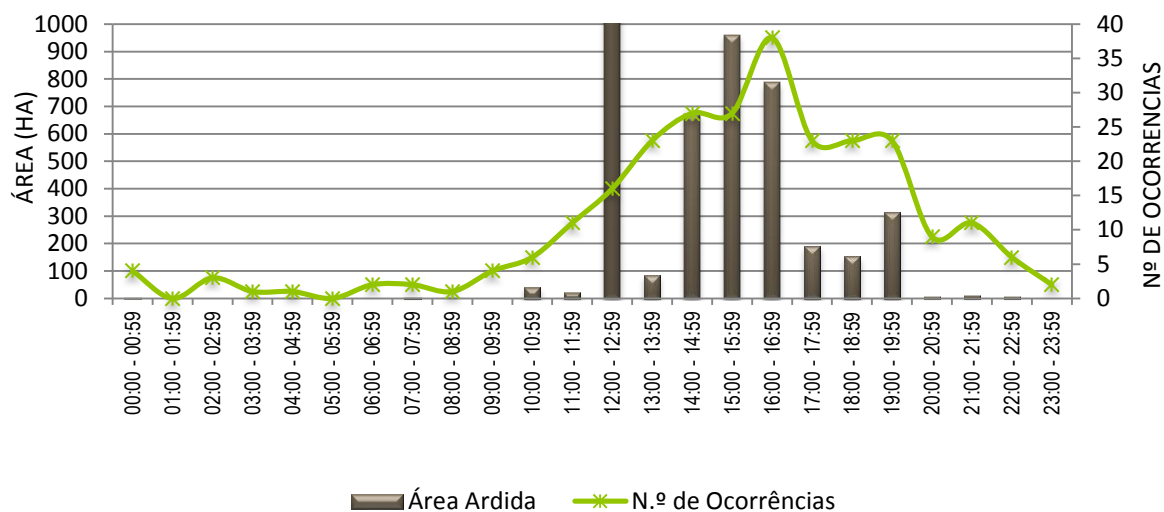


Gráfico nº 13 – Distribuição horária da área ardida e do nº de ocorrências florestais (1996 – 2014)

Fonte: ICNF, 2014

Relativamente ao número de incêndios, a maior parte deles tem início entre as 14 e as 17 horas, embora o intervalo entre as 13 e as 20 horas também aqui mereça referência como aquele em que se iniciam 86,2% dos incêndios registados.

Podemos concluir que há uma relação direta entre o período do dia com temperaturas mais elevadas e menor humidade relativa, e a quase totalidade dos incêndios registados, pois é neste intervalo de tempo que deve fazer incidir a ação das equipas de vigilância, primeira intervenção e combate aos incêndios florestais.

5.6. ÁREA ARDIDA EM ESPAÇOS FLORESTAIS

No período entre 2010 e 2014, os incêndios florestais afetaram maioritariamente povoamentos florestais, sendo ano de 2011 responsável pela perda de 31,4 hectares de povoamentos conforme explicita o **gráfico nº 14**.

Neste período as áreas consumidas foram relativamente baixas comparativamente com a realidade nacional.

DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA ARDIDA POR ESPAÇOS FLORESTAIS (2010-2014)

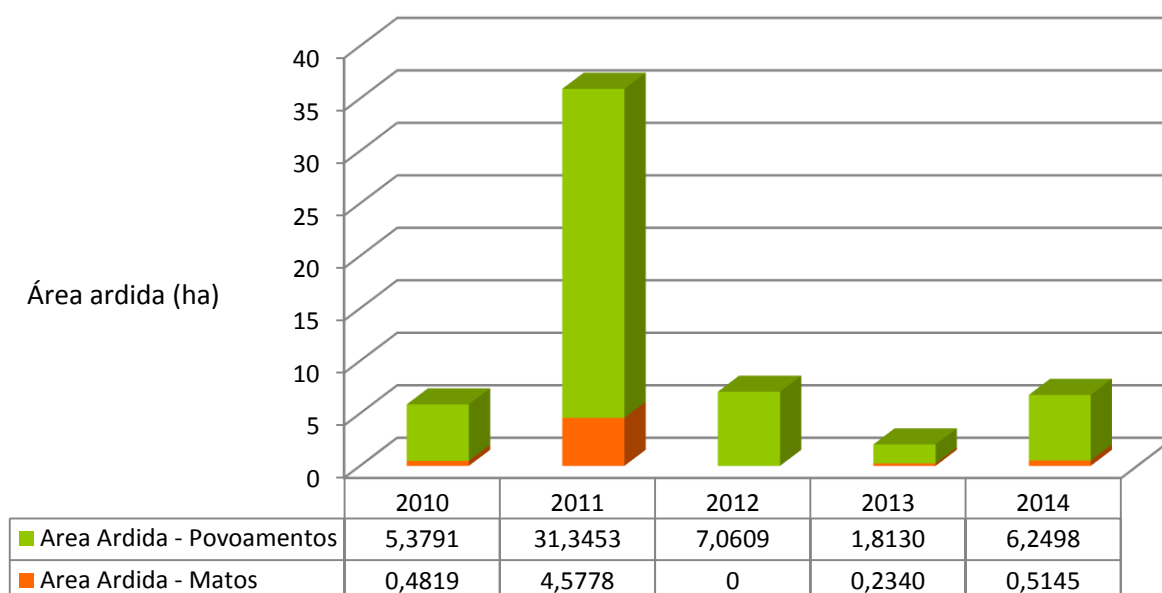


Gráfico nº 14 – Distribuição da área ardida em espaços florestais (2009 – 2014)

Fonte: ICNF, 2014

5.7. ÁREA ARDIDA E NÚMERO DE OCORRÊNCIAS POR CLASSES DE EXTENSÃO

O **gráfico nº 15** relaciona a área ardida com o número de ocorrências por classes de extensão no período entre 2009 e 2013. Da sua análise é possível inferir que 67% dos incêndios têm área inferior a 1 hectare.

No mesmo período de tempo (2010-2014), há ainda a registar o facto de não existirem incêndios área superior 100 hectares.

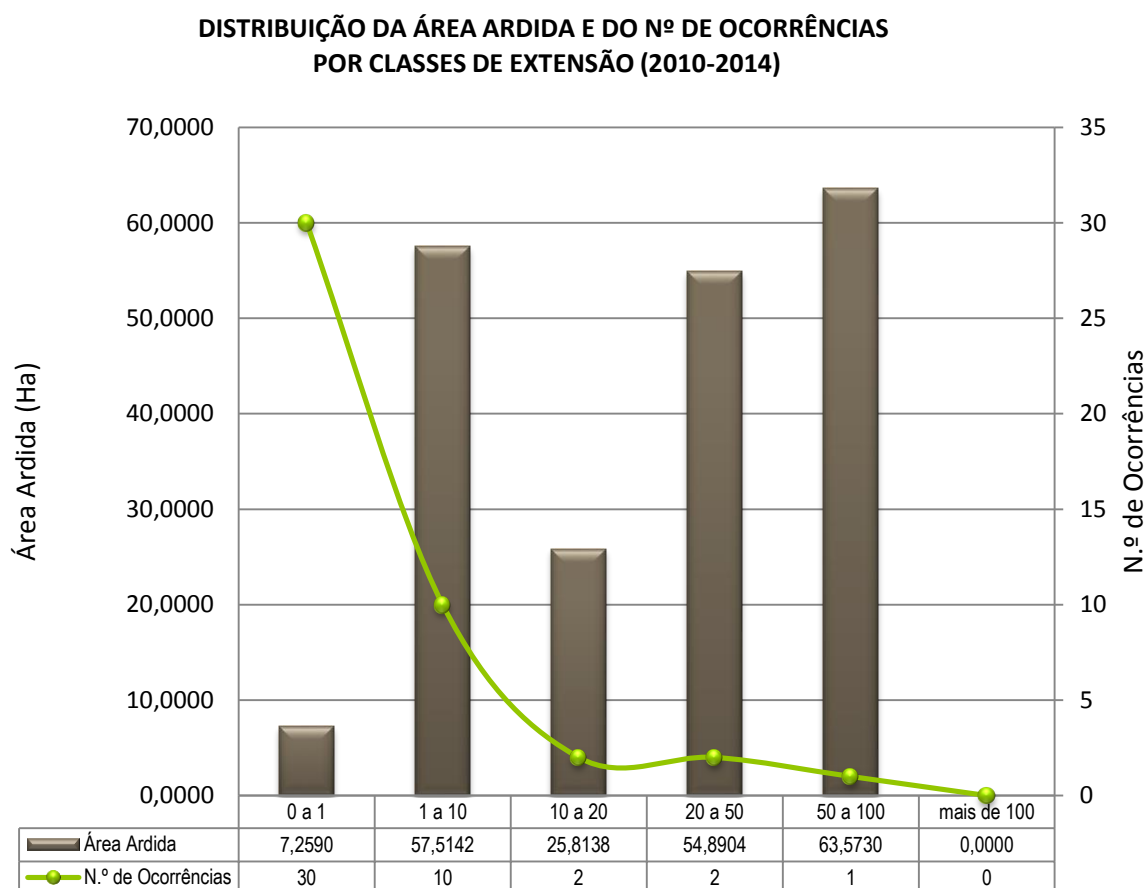


Gráfico nº 15 – Distribuição da área ardida e do número de ocorrências por classes de extensão (2010 – 2014)

Fonte: ICNF, 2014

Perante tais dados, é possível concluir que a primeira intervenção tem desempenhado muito bem o seu papel, pois aproximadamente 89% dos incêndios atingem dimensão inferior a 10 hectares.

5.8. PONTOS PROVÁVEIS DE INÍCIO E CAUSAS

No período entre 2010 e 2014 num universo de 43 incêndios, apenas 1 não foi investigado, destacando-se as causas associadas ao uso do fogo e as causas acidentais relacionadas com o uso de maquinaria e equipamento.

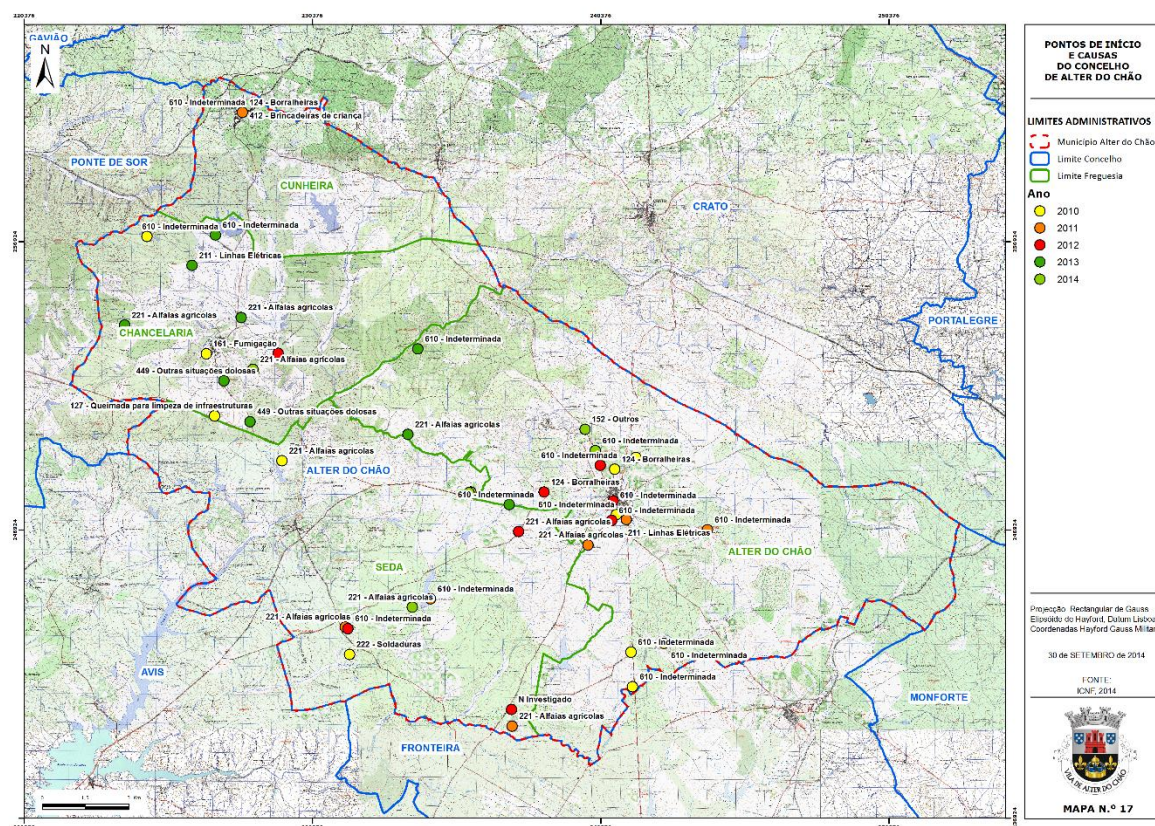


Freguesia	Causas	Nº de Incêndios Investigados	Total de Incêndios
Alter do Chão	124 - Borrallheiras	3	19
	152 - Outros	1	
	221 - Alfaias agrícolas	2	
	412 - Brincadeiras de criança	1	
	610 - Indeterminada	12	
	<i>Sub-Total</i>	19	
Chancelaria	161 - Fumigação	1	10
	211 - Linhas Elétricas	1	
	221 - Alfaias agrícolas	3	
	227 - Outras máquinas e equipamentos	1	
	449 - Outras situações dolosas	2	
	610 - Indeterminada	2	
	<i>Sub-Total</i>	2	13
Seda	121 - Queimada em solo agrícola	1	
	127 - Queimada para limpeza de infraestruturas	1	
	211 - Linhas Elétricas	1	
	221 - Alfaias agrícolas	6	
	222 - Soldaduras	1	
	610 - Indeterminada	2	
	<i>Sub-Total</i>	12	1
Cunheira	610 - Indeterminada	1	
	<i>Sub-Total</i>	1	

Quadro nº 7 – Total de incêndios e causas por Freguesia (2010 – 2014)

Fonte: ICNF, 2014

Através do **mapa nº 17**, podemos verificar que as ignições verificam-se um pouco por todo o concelho. Revelando-nos que a negligência é comportamento generalizado nos casos em que se conseguiu apurar causa.



Mapa nº 17 – Pontos de Início e Causas

Fonte: ICNF, 2014

5.9. FONTES DE ALERTA

De acordo com o **gráfico nº 16**, verificamos que a maior parte dos incêndios no concelho (49%) foram detetados pelos populares que ligam para os corpos de bombeiros. Sapadores e Postos de Vigia contribuem entre si com 19% das deteções. Os números 117 e 112 repartem entre si os restantes 32% das fontes de alerta.



DISTRIBUIÇÃO DE Nº DE OCORRÊNCIAS POR FONTE DE ALERTA (2010-2014)

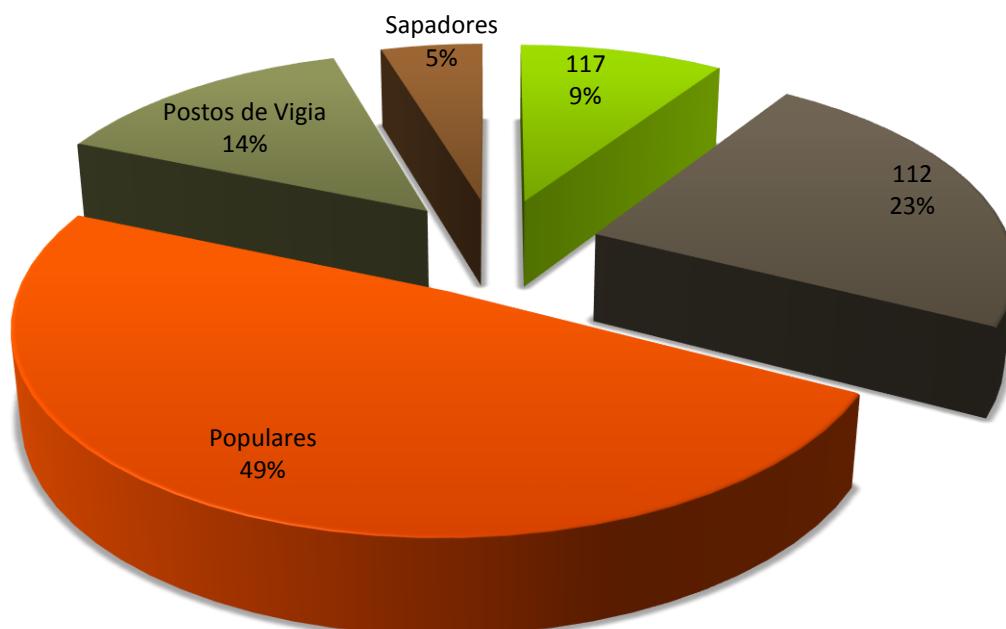


Gráfico nº 16 – Distribuição do número de ocorrências por fontes de alerta (2010-2014)

Fonte: ICNF, 2014

Passando ao **gráfico nº 17**, que tem como objetivo avaliar a distribuição do número de ocorrências por fonte e por hora de alerta entre 2010 e 2014, é possível descobrir que é entre as 14 e as 17 horas que são detetadas a maior parte das ocorrências, e que todas as fontes de alerta mencionadas contribuem para a estatística das deteções.



**DISTRIBUIÇÃO DO Nº DE OCORRÊNCIAS POR FONTE E HORA DE ALERTA
(2010-2014)**

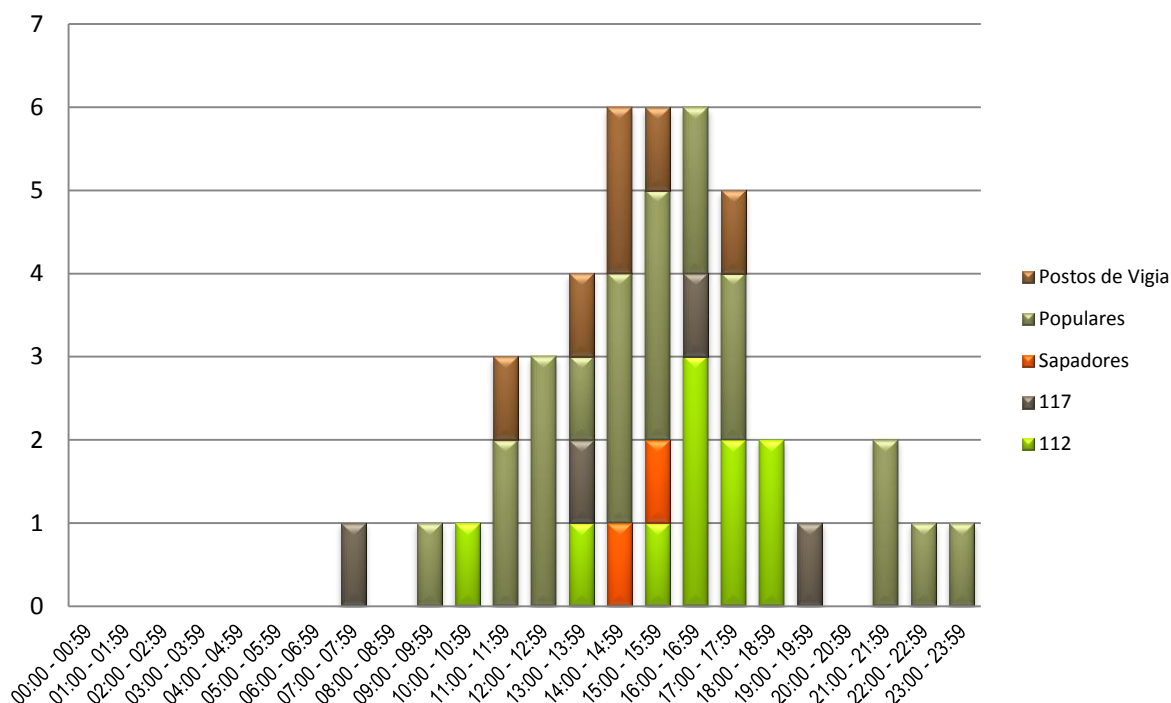


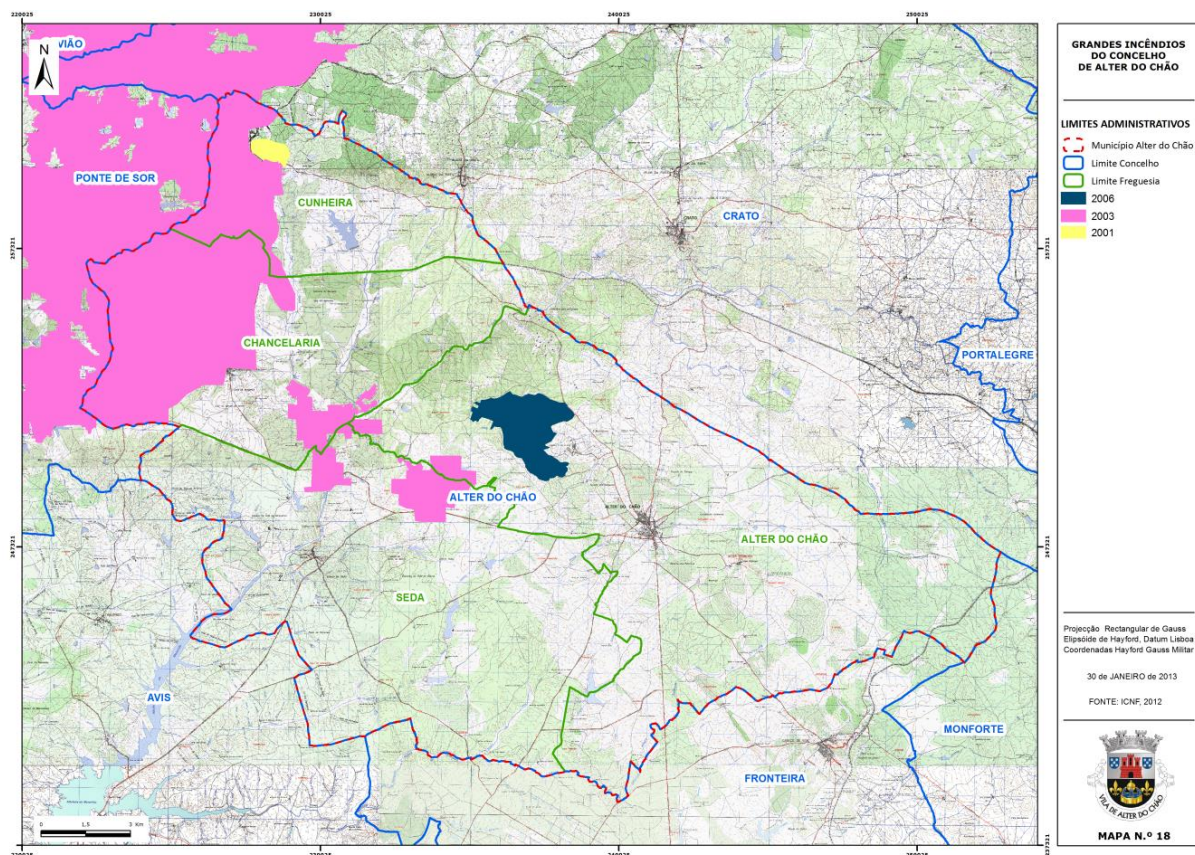
Gráfico nº 17 – Distribuição do número de ocorrências florestais por fonte e hora de alerta (2010-2014)

Fonte: ICNF, 2014

5.10. GRANDES INCÊNDIOS (ÁREA > 100HA) – DISTRIBUIÇÃO ANUAL

Os registos entre 1996 e 2014 dão-nos conta da existência de 5 incêndios, ou seja existe um incêndio com área superior a 100 hectares em cada 3 anos e 8 meses.

Os grandes incêndios necessitam normalmente de condições meteorológicas especiais para evoluírem, e como se sabe, as alterações climáticas que se estão a verificar caminham no sentido da evolução para episódios meteorológicos extremos, o que deverá criar cada vez mais condições meteorológicas favoráveis à ocorrência de grandes incêndios. Assim sendo a única variável passível de ser trabalhada é a prevenção estrutural.



Mapa nº 18 – Grandes Incêndios

Fonte: ICNF, 2014

De acordo com o **gráfico nº 18**, desde 1996 até 2014 já por 5 vezes ocorreram incêndios com área superior a 100 hectares, tendo o último grande incêndio sido registado em 2006.

Refira-se também, que desde 2007 até ao presente, apesar de não se registarem grandes incêndios no concelho, eles têm acontecido nos concelhos limítrofes e as condições meteorológicas severas têm dominado os verões. Daqui podemos concluir que os dispositivos de combate têm dado uma resposta adequada no concelho de Alter do Chão.

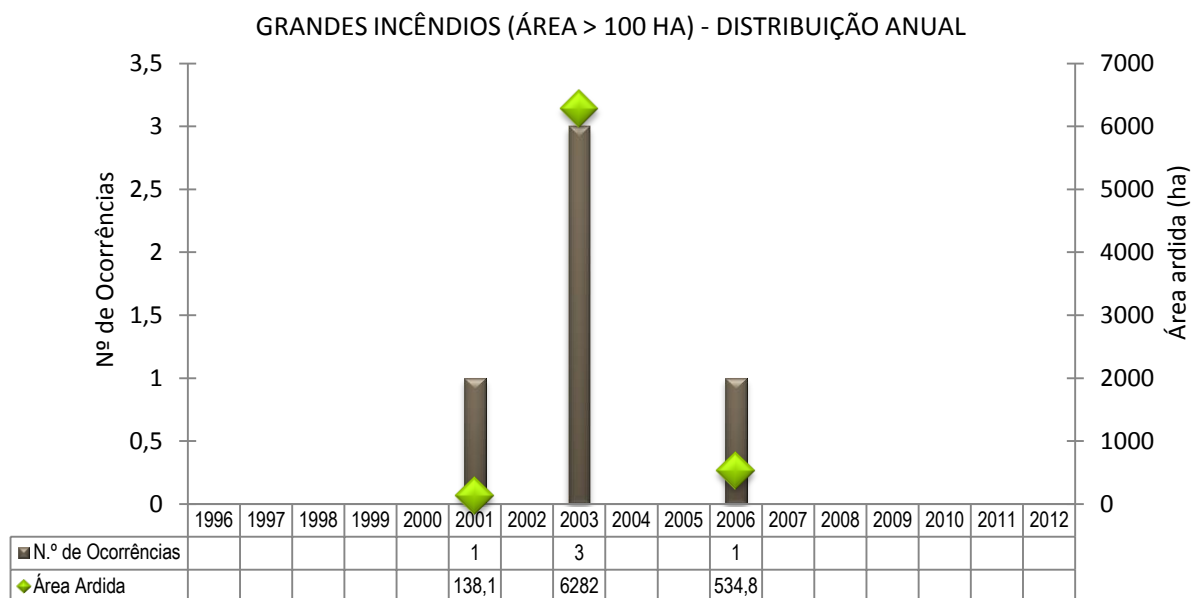


Gráfico nº 18 – Distribuição anual da área ardida e do número de ocorrências de grandes incêndios (1996 – 2014)

Fonte: ICNF, 2014

O **quadro nº 8** estabelece a distribuição anual do número de grandes incêndios por classes de área.

Ano	Classes de Área (ha)			Total
	100 - 500	>500 - 1000	>1000	
2001	1			1
2002				
2003	1	1	1	3
2004				
2005				
2006		1		1
Total	2	2	1	5

Quadro nº 8 – Distribuição anual do número de grandes incêndios por classes de área (1996 – 2014)

Fonte: ICNF, 2014

5.11. GRANDES INCÊNDIOS (ÁREA > 100HA) – DISTRIBUIÇÃO MENSAL

Os registos entre 1996 e 2014 dão-nos conta da ocorrência de 5 incêndios com área superior a 100 hectares, nos últimos 19 anos.



O **gráfico nº 19** mostra a distribuição destes incêndios pelos diferentes meses do ano, e conclui-se que ocorreram nos meses de julho e agosto, o que não é surpreendente, tendo em conta as condições meteorológicas registadas nestes dois meses.

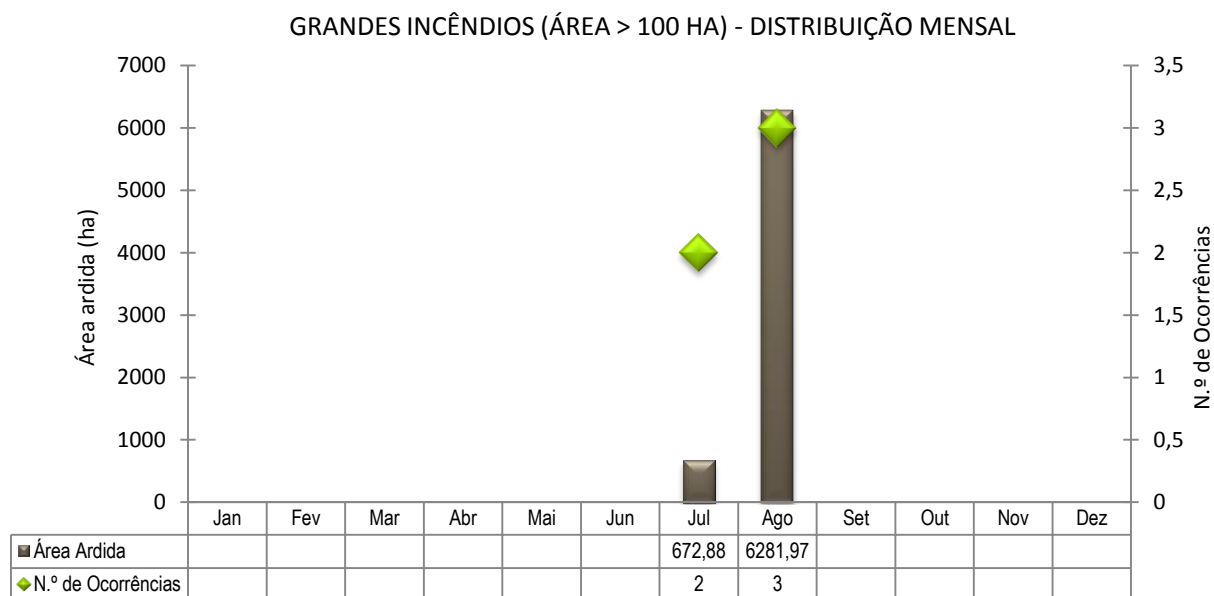


Gráfico nº 19 – Distribuição mensal da área ardida e do número de ocorrências de grandes incêndios (1996 – 2014)

Fonte: ICNF, 2014

Refira-se, que o facto de existirem apenas 5 ocorrências limita as conclusões que se poderão tirar num estudo deste tipo.

5.12. GRANDES INCÊNDIOS (ÁREA> 100HA) – DISTRIBUIÇÃO SEMANAL

Os registos entre 1996 e 2014 dão-nos conta da ocorrência de 5 incêndios com área superior a 100 hectares, nos últimos 19 anos.



O **gráfico nº 20** mostra a distribuição destes incêndios pelos diferentes dias da semana, e conclui-se que ocorreram um na quarta-feira, um na quinta-feira, um no sábado e um no domingo. Tal distribuição não constitui um padrão passível de retirada de conclusões.

GRANDES INCÊNDIOS (ÁREA > 100 HA) - DISTRIBUIÇÃO SEMANAL

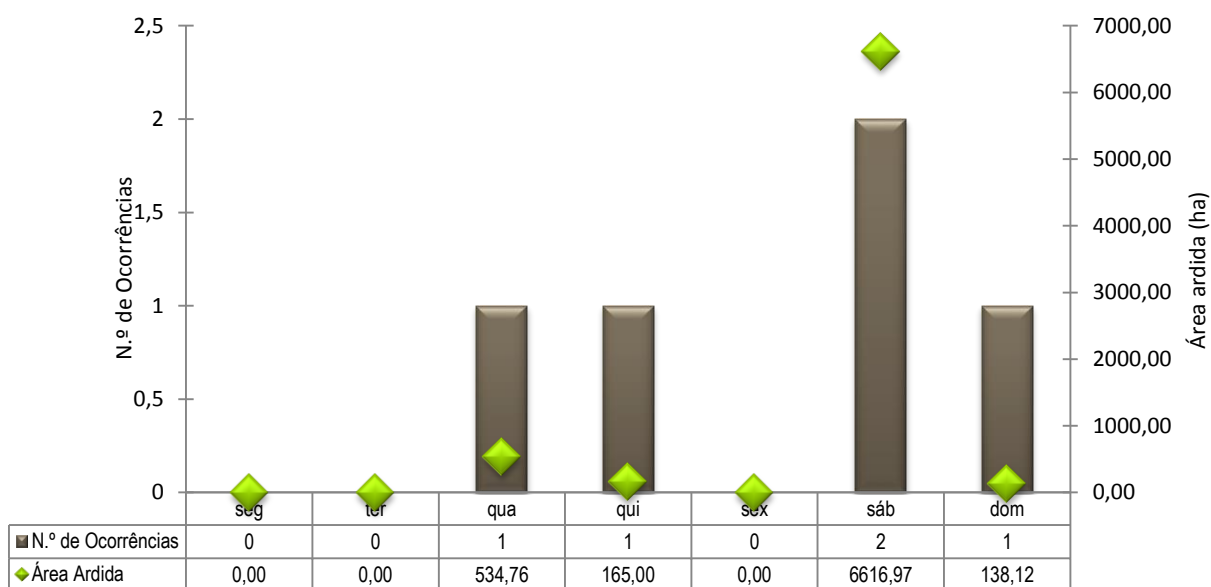


Gráfico nº 20 – Distribuição semanal da área ardida e do número de ocorrências de grandes incêndios (1996 – 2014)

Fonte: ICNF, 2014

5.13. GRANDES INCÊNDIOS (ÁREA> 100HA) – DISTRIBUIÇÃO HORÁRIA

Os registos entre 1996 e 2014 dão-nos conta da ocorrência de 5 incêndios com área superior a 100 hectares, nos últimos 19 anos.

O **gráfico nº 21** mostra a distribuição destes incêndios pelos diferentes períodos do dia, e conclui-se que ocorreram no intervalo crítico compreendido entre as 12 e as 20 horas.

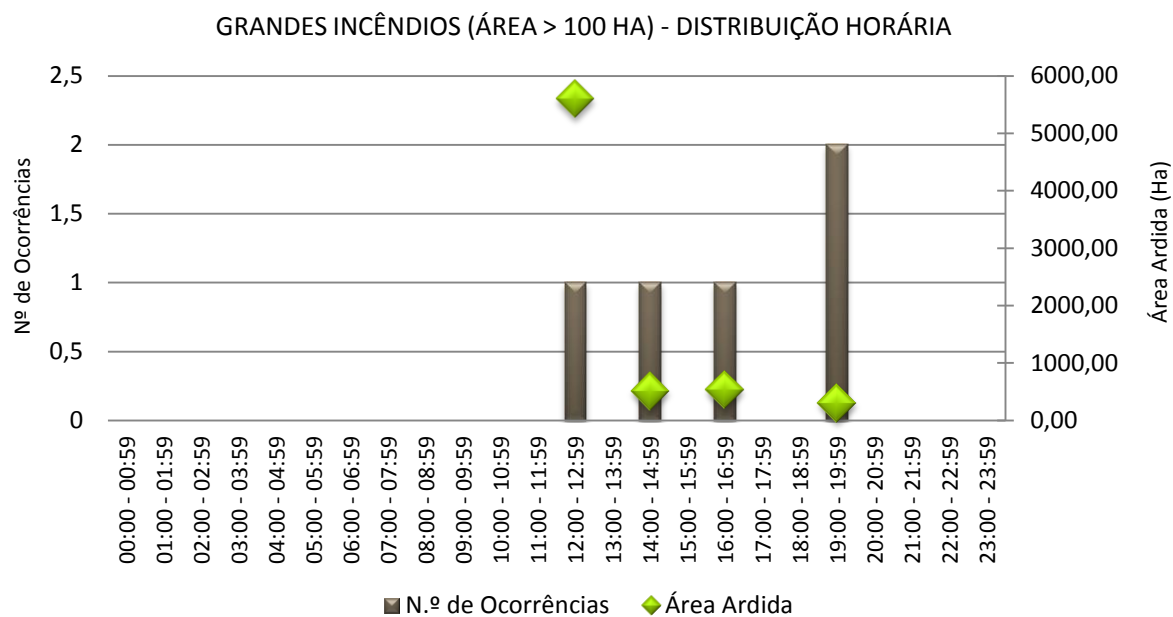


Gráfico n.º 21 – Distribuição horária da área ardida e do número de ocorrências de grandes incêndios (1996 – 2014)

Fonte: ICNF, 2014